



## 15ª Plenária Estatutária Nacional da CUT

São Paulo – 28 à 31 de Agosto de 2017

## RESOLUÇÕES



## Apresentação

O presente texto contém as resoluções do Congresso Extraordinário da CUT, realizado na cidade de São Paulo, de 28 a 31 de agosto de 2017. O documento traz, na parte de conjuntura, uma síntese dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais que caracterizam o atual momento de desenvolvimento do capitalismo internacional, impulsionado pela financeirização do capital, pela agenda neoliberal, por inovações tecnológicas e por valores que impactam profundamente o mundo do trabalho, demandando da CUT uma agenda complexa de ações em defesa do trabalho, desenvolvida em aliança com os setores mais combativos do sindicalismo mundial. No plano nacional, o texto analisa os processos que levaram ao golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff, rompendo a ordem democrática e instaurando no País um regime de exceção que tem como principal objetivo implementar a agenda neoliberal – o Estado mínimo, a retirada de direitos, a negação da soberania nacional e a subordinação aos interesses do capital multinacional e do imperialismo.

Neste cenário extremamente complexo para o sindicalismo CUT, o Congresso Extraordinário aprovou um conjunto de ações estratégicas que incorporam as resoluções da direção e as propostas aprovadas nos Congressos Estaduais, apontando para um plano de lutas em que a defesa dos direitos da classe trabalhadora – NENHUM DIREITO A MENOS – baliza a ação da Central, seja no repúdio e resistência às antirreformas do governo ilegítimo, seja na luta mais ampla para derrotá-lo, resgatar e consolidar a democracia, revogar as medidas nefastas implementadas pelos golpistas e criar condições para um novo ciclo de desenvolvimento.



## SUMÁRIO

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL	4
2. CONJUNTURA NACIONAL	8
3. ESTRATÉGIA	16
4. RESOLUÇÕES DA DIREÇÃO	22
5. PLANO DE LUTAS	67
6. POLÍTICAS PERMANENTES	73



## CONJUNTURA INTERNACIONAL

Na esteira da última grave crise do sistema capitalista, desde sua origem no “crash de 2008”, fenômenos diversos como a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, o *Brexit* no Reino Unido, a guinada conservadora na América Latina e o golpe no Brasil podem ser entendidos como expressões de uma mesma conjuntura adversa e desafiadora para a esquerda internacional. As políticas suicidas de austeridade combinadas com causas estruturais, tais como a incapacidade de a economia repetir os saltos tecnológicos e os ganhos de produtividade do passado, produziram um persistente cenário global de baixo crescimento econômico, desemprego em alta, salários em queda, aumento da desigualdade, e redução dos investimentos sociais e nos serviços públicos.

Neste cenário, parcelas expressivas das populações vêm optado por alternativas ultraconservadoras, já que muitos governos não têm conseguido superar os altos níveis de desigualdade e concentração de renda. Em 2016, a saída do Reino Unido da União Europeia, o *Brexit*, e a vitória de Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos foram golpes significativos no modelo neoliberal de globalização, marcado pela predominância do capital financeiro nas cadeias internacionais de valor, mostrando que a população já não se sente mais representada pelo sistema vigente. No caso do *Brexit*, em lugar das críticas ao caráter excessivamente pró-capital e ao funcionamento antidemocrático da União Europeia, prevaleceu o discurso da extrema-direita em que trabalhadoras e trabalhadores migrantes eram acusados de serem os grandes responsáveis pela crise econômica e pelo desemprego.

Sobre a eleição de Trump, se é verdade que foi o seu discurso ultraconservador que entusiasmou os setores mais retrógrados da sociedade norte-americana, foi sua posição antissistêmica que atraiu votos de trabalhadoras e trabalhadores descontentes com o desemprego, a falta de moradia e de perspectivas de melhora em sua qualidade de vida. A eleição de Trump representa a ascensão ao poder de valores ultraconservadores e contrários aos direitos humanos. O Presidente ataca ferozmente imigrantes e refugiados, em especial muçulmanos, fechando-lhes as fronteiras norte-americanas e defendendo abertamente a deportação dos que se encontram no País.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) este ano, estima que o número de pessoas desempregadas no mundo inteiro chegue a mais de 201 milhões, com um aumento adicional de 3,4 milhões de pessoas desempregadas apenas em 2017. Em um mundo marcado pela “quarta revolução industrial”, o crescimento econômico segue aquém do esperado e, mesmo que nos próximos anos aconteça alguma recuperação da economia mundial, seguirá uma incapacidade sistêmica de criar empregos de qualidade e em números suficientes. Mesmo com os avanços nos ganhos de produtividade que deveriam ser distribuídos de forma igualitária, as concentrações de renda e de riqueza estão cada vez maiores e as novas tecnologias possibilitam ainda maiores supressões de postos de trabalho, ao



invés de contribuir na construção de sociedades menos desiguais. Ou seja, o debate sobre o futuro do trabalho está totalmente vinculado ao modelo de produção em vigor hoje, que é o de cadeias produtivas. A CUT defende um modelo de desenvolvimento em que o trabalho tenha centralidade e seja o pilar das políticas econômicas e sociais com respeito ao trabalho decente, proteção social e condições dignas de vida para os setores mais vulneráveis da sociedade.

Além disso, esses fenômenos, aliados às formas precárias de emprego, devem reforçar e ampliar a desigualdade de renda. A OIT também alerta para o fato de que a redução da pobreza dos trabalhadores está desacelerando, colocando em risco a perspectiva de erradicação da pobreza conforme estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O quadro real é que para a classe trabalhadora mundial, cada vez mais as grandes corporações multinacionais avançam sobre a autonomia dos Estados Nacionais, precarizando as condições de vida e retirando direitos, com a justificativa de criar uma “ambiente mais favorável para os negócios” – eufemismo para menos proteção trabalhista, baixos salários e descaso com o meio-ambiente.

Cada vez mais, a crise econômica, os conflitos armados nacionais e as ameaças de guerras são os grandes responsáveis pela maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. A Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) estima que o número de pessoas deslocadas – forçadas a deixar suas casas em razão da guerra – no primeiro semestre do ano passado foi, dentro de seus próprios países, de 1,7 milhão de pessoas, enquanto cerca de 1,5 milhão cruzaram alguma fronteira internacional em busca de refúgio. Neste “novo mundo”, ao mesmo tempo em que a crise econômica reforça, ela é intensificada pelo recrudescimento da ameaça terrorista. Não há trabalho decente sem paz e liberdade.

Todo esse cenário deverá trazer mais instabilidade e imprevisibilidade à conjuntura internacional no próximo período. A isso devem-se somar processos eleitorais em países centrais no núcleo de decisão da União Europeia, todos com previsão de campanhas acirradas e marcadas pelo crescimento da direita e da extrema-direita.

Na América Latina, nas últimas duas décadas, a ascensão de uma série de governos de esquerda promoveu importantes reformas sociais, reduzindo a pobreza e a miséria, assim como a desigualdade em suas múltiplas dimensões. No entanto, a desaceleração da economia mundial nos últimos anos e a queda no preço internacional das commodities (matérias primas) tiveram um forte impacto negativo nas economias da região. Foi essa nova conjuntura que facilitou a ofensiva da direita latino-americana – articulada com os interesses do império norte-americano e os do capital internacional – por meio da aliança entre partidos tradicionais, setores do judiciário e mídia empresarial e a retomada de governos com clara orientação neoliberal, tais como a vitória eleitoral de Macri na Argentina; a derrota



da esquerda peruana ainda no primeiro turno das eleições presidenciais; os golpes parlamentares em Honduras e no Paraguai; a gravíssima crise na Venezuela e, por último, mas não menos importante, o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff.

As forças conservadoras atuam de forma articulada para gerar instabilidades e crises em nosso continente, com o claro objetivo de restabelecer a agenda neoliberal. Após Honduras, Paraguai, Brasil e Argentina, a Venezuela, que vive grave crise econômica, social e política, volta a ser o alvo e passa a ocupar as capas nos jornais e TVs com um noticiário parcial que imputa a crise apenas ao Executivo quando, na verdade, há uma crise institucional que envolve todos os setores e todos os poderes de Estado. No dia 30 de julho, mais de 8 milhões de pessoas foram às urnas, para eleger a Assembleia Nacional Constituinte convocada pelo governo da Venezuela. Para a CUT, a participação popular referendou esse relevante processo constituinte, fundamental para que a Nação vizinha supere a grave crise econômica, política e social no país irmão. Consideramos a Constituinte como um caminho para a retomada do desenvolvimento, da prosperidade e da paz. Interferências externas, como as sanções contra a Venezuela anunciadas pelo governo dos EUA, e a ação do governo golpista do Brasil, que têm tentado repetidas vezes ingerir-se na política venezuelana, só contribuem para dificultar o diálogo e a busca de solução entre o povo e o governo daquele país. Convocamos todos à defesa da democracia e da autodeterminação de nossos irmãos venezuelanos, ao seu direito de viver em paz e a definir o próprio destino.

A expulsão de imigrantes, a possibilidade da construção de muro em toda a fronteira entre EUA e México, bem como o fim do acordo comercial NAFTA, teriam efeitos brutais na política e na economia do México. Um cenário em que os Estados Unidos fecham a sua economia poderia fortalecer a integração latino-americana. Resta saber como os novos governos de direita do continente irão reagir a um cenário que contrasta com seus conceitos ideológicos de aproximação subalterna aos Estados Unidos e de desconfiança em relação aos potenciais das economias dos demais países latino-americanos.

A política externa do governo golpista brasileiro atende a todo esse movimento de avanço conservador no mundo, orquestrado pelos interesses das grandes empresas multinacionais. É uma política provinciana, subalterna e de adesão ideológica e orgânica aos países ricos, em detrimento de uma visão de integração sul-sul. Esta postura se expressa nas tentativas de enfraquecer e desmoralizar o Mercosul, como espaço de integração para além de questões comerciais; na entrega das riquezas à exploração de empresas estrangeiras, sobretudo na área de petróleo e gás; no esvaziamento da atuação brasileira nos BRICS (grupo político de cooperação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e na paralisação das políticas de integração com os países do continente africano. A tríplice aliança neoliberal dos atuais governos do Brasil, Argentina e Paraguai tem, de forma irresponsável, inviabilizado



a participação legítima da Venezuela no Mercosul e contribuído para gerar ainda mais instabilidade interna naquele país.

Diante desse quadro de avanço das forças políticas conservadoras no mundo e de severos ataques à democracia, a ação internacional da CUT tem priorizado a denúncia do golpe jurídico-midiático-parlamentar no Brasil e a sua agenda de retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, o desmonte do Estado brasileiro e ataques às políticas sociais e de saúde e educação com vistas a atender aos interesses do sistema financeiro e das corporações multinacionais, assim como a defesa da liberdade e autonomia sindical, o respeito à autodeterminação dos povos e o fortalecimento das relações sul-sul.

Uma resposta efetiva às ameaças conservadoras contra as conquistas históricas da classe trabalhadora, articulada com a defesa de uma concepção vigorosa de democracia e a construção de uma alternativa internacional de esquerda, em contraposição às contradições do sistema econômico capitalista, serão as principais tarefas do movimento sindical nos próximos anos, tarefas essas que exigem que as entidades sindicais internacionais se consolidem cada vez mais como sindicatos globais.

A CSI deve cumprir o papel de grande articuladora das lutas e campanhas internacionais, contra o neoliberalismo, por um novo modelo de sociedade, justo e igualitário. Em nosso continente, devemos fortalecer a CSA, utilizar e aproveitar a Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA) como uma ferramenta fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo, politicamente democrático e baseado no direito inalienável dos povos de decidir sobre o seu futuro. Juntamente com CSI e CSA, a CUT têm atuado com forte protagonismo na construção de uma visão sindical sobre a Agenda 2030, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e nas metas estabelecidas no Acordo de Paris da COP21.

Ao mesmo tempo em que enfrentamos tamanho desafio em nível global, é necessário rearticular um amplo movimento de unidade da esquerda no plano internacional que compreenda que o atual estágio da luta de classes deve combinar as lutas antineoliberais por distribuição de riqueza com aquelas por reconhecimento cultural, de raça, geracional, orientação sexual e identidade de gênero – entendendo, dessa forma, que a construção de uma sociedade emancipada depende do combate às injustiças em suas múltiplas dimensões.



## CONJUNTURA NACIONAL

### O significado político do golpe

O golpe que retirou do poder a Presidenta Dilma Rousseff foi tramado pelas forças que não aceitaram a derrota nas eleições 2014. Uma conjugação de fatores fortaleceu a ação dos golpistas. A política adotada para combater a crise econômica, oposta à plataforma que a Presidenta defendera na campanha eleitoral, provou-se ineficaz e contribuiu para minar suas bases de sustentação social e política.

Esse resultado foi explorado pelas forças de oposição no Congresso, o mais conservador da história recente e onde o governo perdera a maioria. A Câmara de Deputados, presidida por Eduardo Cunha, foi colocada em rota de colisão com o governo. Crise política e crise econômica passaram a se retroalimentar, criando espaço para o PSDB e o PMDB articularem a base parlamentar do golpe.

As “pedaladas fiscais” serviram de pretexto para justificar o impeachment, a farsa institucional montada para acobertar o golpe, uma ação articulada pelas forças conservadoras em aliança com a grande mídia, o Ministério Público, o Poder Judiciário e a polícia federal. A suposta associação do governo petista a atos de corrupção divulgados seletivamente pela Operação Lava Jato contribuiu para disseminar o ódio à esquerda e para colocar nas ruas as massas favoráveis ao impeachment.

Apesar da resistência popular, na qual a CUT teve papel de destaque, o Senado aprovou o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff no dia 31 de agosto de 2016. Foi um golpe contra a democracia, ao suprimir a vontade popular expressa em mais de cinquenta e três milhões de votos. Foi uma ruptura do Estado de Direito, dissimulada como ato constitucional e legítimo. Serviu de atalho para as forças derrotadas seguidamente desde 2002 retomarem o poder com o objetivo de restaurar a agenda neoliberal, impor o Estado Mínimo e retirar direitos dos/as trabalhadores/as. Foi um golpe contra a classe trabalhadora.

### **Ação articulada para implementar a agenda neoliberal**

As medidas adotadas depois do golpe têm demonstrado como a agenda do governo ilegítimo de Temer é pautada por interesses do mercado e como os três poderes da República atuam de forma articulada para viabilizar o retrocesso civilizatório implícito na restauração neoliberal.

Baseando-se numa projeção de déficit forjada para justificar a política de austeridade, o governo conseguiu aprovar no Congresso, a toque de caixa e sem discussão com a sociedade, a Emenda Constitucional nº 95 que institui um novo regime fiscal, congela o orçamento federal por vinte anos e diminui drasticamente os recursos públicos para áreas essenciais como educação, saúde e assistência social. Trata-se de um verdadeiro desmonte do pouco de proteção social oferecida pelo Estado aos setores menos favorecidos da sociedade que dela dependem, cada vez mais, numa conjuntura de recessão e de desemprego. A medida, inédita no mundo, ignora por completo o principal componente de gasto do governo: os juros da dívida pública, que superaram os R\$ 500 bilhões em 2015 e foi superior a R\$ 400 bilhões em 2016.





A forma autoritária usada para encaminhar a reforma do ensino médio, em total desrespeito ao processo democrático de construção da política nacional de educação, o contingenciamento de verbas para o ensino superior, o cancelamento de recursos para a pesquisa e programas de pós-graduação apontam para o sucateamento da educação pública. Processo semelhante ocorre na saúde e em outras políticas públicas.

As iniciativas não deixaram dúvidas em relação à agenda política daqueles que tomaram de assalto o poder: a subordinação dos interesses sociais à lógica do mercado, submetendo milhões de brasileiros à dinâmica da rede privada de serviços que deveriam ser públicos e mantendo a maioria mais pobre da população refém de políticas públicas cada vez mais reduzidas e precárias. Revelam a desfaçatez das forças golpistas que romperam o Estado de Direito para impor à sociedade uma nova forma de gestão do fundo público: em vez de ser usado para reduzir as desigualdades sociais, é desviado em proporções cada vez maiores para setores rentistas como pagamento da dívida pública.

## **Entrega de riquezas nacionais e da soberania nacional**

A subordinação da economia nacional aos interesses do capital internacional ficou evidente com a mudança das regras de exploração do pré-sal, onde a Petrobrás perdeu a exclusividade, e com as mudanças nas regras de conteúdo local para o setor de petróleo, que limitaram em 50% os percentuais de equipamentos e serviços produzidos no país exigidos em licitações de exploração de petróleo e gás. Depois de esfacelar a Petrobrás com a venda acelerada de ativos em momento de baixa dos mercados, desnacionalizar campos do pré-sal a preços irrisórios e reduzir os percentuais de conteúdo local mínimo obrigatório, o Conselho Nacional de Política Energética aprovou, no início de maio, uma nova política para a área. Suas consequências serão novamente devastadoras: enfraquecimento da Petrobrás, liquidação das reservas de petróleo do País, sucateamento da indústria de máquinas e equipamentos e entrada de novos competidores internacionais. Como se isso não bastasse, a mesma conduta vem sendo adotada no setor elétrico apontando para a liquidação de dezenas de ativos da Eletrobrás, tanto na área de geração quanto na distribuição de energia elétrica, abrindo mão de um instrumento fundamental para qualquer política nacional de desenvolvimento.

Outras medidas têm favorecido a entrada de capital estrangeiro no setor de infraestrutura, como aeroportos. Está também em trâmite no Congresso, em regime de urgência, o PL 4059/2012, que trata da venda irrestrita de terras a estrangeiros. A medida, se aprovada, estimulará a produção de *commodities* exportadas aos países de origem das empresas ou pessoas que comprarem terras, colocando em risco nossa soberania alimentar. Reforçará o agronegócio e a concentração fundiária, deixando em segundo plano a agricultura familiar e cada vez mais remota a reforma agrária.

## **Aprofundamento da recessão e elevação do desemprego**

As medidas de austeridade adotadas pelo governo estão longe de apresentar uma saída para a crise econômica e de promover a retomada do crescimento. Os indicadores de desempenho recente da economia são



impressionantes: o PIB *per capita* recuou ao patamar de 2010; a recessão atingiu praticamente todos os setores econômicos, a taxa de desemprego atingiu o número alarmante de 14,2 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2017, a renda recuou e a apenas cerca de 15% das convenções coletivas celebradas em 2016 conseguiram aumento real de salário.

Há uma evidente disputa sobre o modelo econômico que irá prevalecer no Brasil nas próximas décadas. Neste sentido, é preocupante que, a despeito de todos os avanços sociais e econômicos observados no período 2004-2013 (ainda que se reconheçam seus limites e contradições), o país esteja atualmente discutindo um modelo econômico de retrocesso, alinhado ao pensamento da década de 1990, mas que consegue ser ainda mais liberalizante. Com a economia brasileira em recessão - com a inflação em queda, devido à absorção aos choques de preços de tarifas, menor pressão dos preços dos alimentos e à contínua recessão - o que o governo Temer oferece, apesar do discurso reformador, é a destruição dos ganhos sociais recentes, em nome do receituário econômico de austeridade que tem sido constantemente rejeitado no mundo.

Dentre os vários problemas colocados, o principal é a tentativa obstinada, em torno de um discurso de “austeridade e modernidade”, de destruir não somente as políticas públicas que a tanto custo foram implementadas pela constituição de 1988, mas de uma revisão completa do papel do Estado na sociedade e economia, reduzindo-o a se tornar um agente passivo do processo de desenvolvimento econômico, destruindo todos os canais possíveis de planejamento e de execução como, por exemplo, através da Emenda Constitucional nº 95, a que limita os gastos públicos por 20 anos. Com isso, um modelo desenvolvimento econômico sustentável e autônomo, industrializante, e que combata as desigualdades sociais torna-se cada mais distante do país, sendo colocado em seu lugar uma dinâmica onde as alocações do mercado são predominantes, estas sempre atendendo aos objetivos de lucro e não ao socialmente desejável.

Somente uma observação por este prisma nos permite uma análise mais acurada do momento recente. Os fracassos da equipe econômica do governo Temer em promover qualquer reação da atividade econômica na verdade tem causa no próprio receituário utilizado: o ajuste fiscal iniciado em 2015 e aprofundado em 2016 e vendido como uma forma de instituir “credibilidade” à economia brasileira, na verdade tem empurrado cada vez mais rumo a uma recessão profunda, já que com a queda do consumo e investimento privado, sem investimento público não há interrupção da espiral recessiva. A redução expressiva da inflação nos últimos meses foi fruto de uma política de juros reais altos, câmbio valorizado e recessão, que além de não eliminar as causas estruturais das oscilações inflacionárias nos últimos anos (principalmente preços administrados, indexação e preços dos alimentos), por outro lado tem realimentado a deterioração da atividade econômica, com queda no consumo, investimentos e produção. E o resultado dessa combinação resulta em um aumento do desemprego, piora dos indicadores econômicos, queda na renda, piora das negociações salariais e deterioração social.

Portanto, o cenário atual aponta que o espaço de manutenção dos ganhos sociais do período anterior se encontra cada vez mais estreito. Diante disso, não se trata apenas de uma luta defensiva pelo retorno a um



cenário benéfico aos trabalhadores (as), mas principalmente a busca por preservar uma visão de Estado que, mesmo com todas as suas limitações, foi fruto de um longo processo político e tantos avanços permitiu nos últimos 30 anos.

## **Crise social e insegurança**

Iniciamos 2017 com cenas que chocaram o mundo durante as rebeliões em presídios brasileiros. A perplexidade diante de dezenas de mortes brutais foi ainda maior diante da absoluta incapacidade do governo federal para enfrentar a questão, considerada um fato acidental pelo Presidente Michel Temer e a ser resolvido pela repressão, segundo o Ministro da Justiça da época. Os fatos, porém, revelam uma profunda crise, não apenas do sistema prisional, mas da própria política nacional de segurança, envolvendo os três poderes. Embora seja mais complexa do que o mero repasse e gestão de recursos, a crise não deixa de estar ligada aos cortes de investimentos nos serviços públicos.

Outro sintoma dessa crise é a total insegurança em que vive a população dos bairros periféricos das grandes cidades, onde a exclusão social continua gritante e os moradores permanecem à mercê do crime organizado, da atuação ilícita das milícias e da ação repressiva dos órgãos públicos responsáveis por sua segurança. Como resultado, o Brasil carrega hoje o título de campeão mundial de homicídios em números absolutos, com cerca de 60 mil pessoas assassinadas por ano, em sua maioria jovens, negros e pobres.

A fragilidade do atual governo criou um ambiente propício à grilagem de terras e ao aumento da violência no campo, particularmente contra lideranças e participantes de movimentos sociais e populações indígenas que lutam pela terra, levando o Brasil a liderar também o ranking dos países em número de conflitos de terra. Só em 2017, a Comissão Pastoral da Terra já contabiliza 48 mortes decorrentes destes conflitos.

outro componente que evidencia este Estado de exceção é a criminalização dos movimentos populares e sindical. Suas ferramentas jurídicas para perseguir, reprimir e punir as organizações da classe trabalhadora estão sendo lapidadas pelo judiciário e pelo avanço da ofensiva conservadora.

## **Incertezas no cenário político e crise institucional**

Nos primeiros seis meses de mandato, o governo golpista usou a reforma ministerial para consolidar sua base de apoio no Congresso, aproveitou-se da desarticulação do Centrão, com a prisão de sua principal liderança, Eduardo Cunha, e conseguiu aprovar por ampla maioria projetos de interesse do governo e dos empresários que financiaram o golpe, contando com o apoio complacente da mídia golpista.

Por outro lado, o governo foi fustigado por uma sequência de fatos que deixaram às claras quem é a quadrilha que tomou de assalto o poder. Em seis meses, 6 ministros caíram por envolvimento em denúncias de



corrupção. Outros cinco ministros foram mantidos no cargo, apesar de aparecerem como suspeitos do mesmo crime, processo que atingiu o próprio Presidente Michel Temer-

Novo abalo no cenário político foi provocado pelo vazamento de delações premiadas envolvendo a empresa Odebrecht e pelas delações da JBS. A amplitude e a gravidade das denúncias, no entanto, não impediram que o próprio governo comprasse os votos necessários na Câmara Federal para impedir que a apuração da denúncia da Procuradoria Geral da República tivesse continuidade. O processo, no entanto, aprofundou as fissuras no bloco de forças conservadoras no poder, provocando a divisão do principal partido aliado, o PSDB, e levando vários parlamentares da base aliada a votarem junto com a oposição. O poder judiciário, por sua vez, tem mantido sua cumplicidade com o golpe como evidenciam as ações em que o Supremo adiou o julgamento do pedido de prisão do senador Aécio Neves, flagrado em ato de corrupção, e o autorizou a retomar suas atividades no Senado. Ao mesmo tempo, o juiz Sergio Moro, condenou o ex-presidente Lula, franco favorito nas pesquisas às eleições presidenciais de 2018, apesar de não ter provas que o incriminem e manteve na prisão o ex- tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, embora tenha sido absolvido no julgamento principal. Os fatos evidenciam a que ponto chegou a corrosão das instituições da República, cuja mudança só poderá ser efetiva se vier através de uma Constituinte exclusiva e soberana que anule todas as medidas antinacionais e contrárias ao povo trabalhador já adotadas pelo Congresso servil, abrindo a via para as reformas populares necessárias.

## **Rejeição do governo e lutas populares**

A popularidade do presidente ilegítimo, que sempre foi baixa, caiu ainda mais. Hoje ele é rejeitado por 95% dos/as brasileiros/as, segundo a mais recente sondagem CUT/Vox Populi, na segunda quinzena de julho. Os resultados das pesquisas realizadas em abril e julho mostram também o crescimento da desaprovação às suas iniciativas e políticas. A reforma da Previdência é rejeitada por 93% da população e a Reforma Trabalhista por 57%. A terceirização é reprovada por 80% dos entrevistados, 70% dos quais acreditam que trará retrocessos e mais da metade que muitos perderão direitos; 72% acham que provocará o desemprego e queda no crescimento da economia. A aprovação da política de corte de gastos caiu de 19% para 10% entre junho de 2016 e abril de 2017.

O primeiro semestre de 2017 foi marcado pela intensificação das lutas populares, como o demonstraram as manifestações dos dias 8, 15 e de 30 de março, que contaram com a participação expressiva de movimentos populares unificados pela Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. Realizamos no dia 28 de abril a maior GREVE GERAL da história do país. Em todos os estados e em mais de 250 municípios greves e manifestações responderam ao chamado unitário das centrais sindicais “Em 28 de abril, vamos parar o Brasil”, envolvendo cerca de 40 milhões de trabalhadores de todos os setores econômicos. Nossa militância e nossos dirigentes estiveram nas ruas, desenvolvendo ações para fortalecer a paralisação do transporte, para convencer o comércio



a fechar as portas, ou pressionando diretamente a paralisação de fábricas, de agências bancárias, de portos, de escolas e de serviços públicos.

A população voltou às ruas depois das denúncias da JBS exigindo a saída de Michel Temer. No dia 24 de maio, o movimento sindical e os movimentos populares ocuparam Brasília com as palavras de ordem: *nenhum direito a menos, retirada imediata da reforma da previdência e da reforma trabalhista da pauta do congresso, fora Temer, diretas já!* Foi uma das maiores mobilizações da história da capital federal. Vieram dispostos a dizer ao governo e ao congresso não às reformas e que parar e que o presidente ilegítimo tinha que sair para que o País reencontrasse seu caminho através da democracia. O Congresso lhes voltou as costas. Foram recebidos com violência e repressão por uma polícia despreparada e um governo que chegou ao cúmulo de acionar as forças armadas para reprimir trabalhadores/as, lembrando os piores dias da ditadura militar. O 30 de junho, menor que a greve geral de 28 de abril (“a maior da história”), revelou hesitações e obstáculos nas direções das centrais sindicais, entre eles a negociação de algumas delas com o governo golpista, abrindo mão da defesa dos direitos trabalhistas em favor de um arranjo que mantenha o imposto sindical.

## **Antirreformas trabalhista e da previdência**

No dia 11 de julho, o Senado aprovou a Lei 13.467, sancionada sem modificações pelo presidente ilegítimo Michel Temer. A antirreforma trabalhista, que entrará em vigor no dia 11 de novembro de 2017, promove a maior e mais profunda alteração no Direito do Trabalho brasileiro. É nefasta em toda sua extensão. Trata-se de uma lógica de individualização das relações de trabalho e de desconstrução da proteção coletiva. O projeto altera mais de cem artigos da CLT. Está todo direcionado para precarizar o trabalho e fragilizar a organização sindical, reduzindo brutalmente o custo da mão de obra. É um projeto de iniciativa dos empresários brasileiros que visa atender ao que propõe o documento lançado pela CNI em 2012, “101 Propostas para Modernização Trabalhista”. O governo ilegítimo o assumiu como moeda de troca ao apoio recebido desses mesmos empresários no golpe que tirou do poder a Presidenta Dilma. O projeto tem autoria e endereço certos: CNI, Fiesp, Febraban, CNA, entre outras entidades de representação patronal. Põe a nu por onde passa hoje a luta de classes.

A antirreforma foca em quatro campos básicos: condições e contrato de trabalho, negociação coletiva, organização sindical e Justiça do Trabalho. Retira, flexibiliza e desregulamenta direitos. Institui ou modifica para pior diversas formas de contrato precário, aprofundando a terceirização irrestrita que já havia sido aprovada em Março deste ano. Reforça um ambiente desfavorável, fragmenta a negociação coletiva e altera a hierarquia das normas que regulam o trabalho. Procurar desarticular a organização sindical, reduz o papel e dificulta o acesso à Justiça do Trabalho. , aprofundando a terceirização irrestrita que já havia sido aprovada em Março deste ano.



A CUT é radicalmente contrária à antirreforma trabalhista. Lutará por sua revogação e pela aprovação de um novo instrumento de regulação das relações de trabalho que incorpore os elementos fundamentais do sistema democrático de relações de trabalho elaborado pela Central. Ao mesmo tempo, orienta os sindicatos a resistirem à implementação da antirreforma, a partir do local de trabalho. No entanto, outros fatores tendem a tornar esta disputa bastante complexa. De um lado, temos uma elevada taxa de desemprego e um índice não menos expressivo de trabalho informal, condicionantes que diminuem o poder de barganha dos/as trabalhadores. De outro, assistimos ao avanço de inovações tecnológicas que estão mudando radicalmente a forma de produzir e de organizar o trabalho (indústria 4.0, internet das coisas, a título de exemplo) nos mais diversos setores da economia. Diante deste cenário, o sindicalismo CUT enfrenta também o desafio de repensar sua própria forma de organização sindical.

A antirreforma da Previdência foi apresentada através da PEC 287. Desrespeitando a Constituição, por ferir o princípio que veda o retrocesso social, a proposta é extremamente perversa com a totalidade dos segurados. Atinge os três principais fundamentos considerados para efeito de concessão do benefício: a) a idade, que é aumentada; b) o tempo de contribuição, que é igualmente ampliado; o valor do benefício, que é reduzido.

A proposta é inoportuna e autoritária. O que o governo propõe não é uma reforma, mas a destruição da previdência pública e da própria seguridade social asseguradas como direito pela Constituição de 1988. Seu objetivo final é restringir o acesso da população aos benefícios previdenciários e assistenciais, além de diminuir o valor dos benefícios, para abrir espaço aos fundos privados de pensão.

A Constituição de 1988 integrou a Previdência no sistema de Seguridade Social, da qual também fazem parte a Saúde e a Assistência Social. Se for observado o que prevê a Constituição, o orçamento da Seguridade Social tem sido superavitário, ao contrário do que alega o governo. Os resultados apresentados como deficitários são uma farsa contábil. Diante dessa manipulação dos dados, a CUT defende a urgência de uma auditoria nas contas da Previdência Social. Só uma investigação séria, sob controle da sociedade, poderá revelar a real situação das suas contas, apontando as empresas sonegadoras, o tamanho de suas dívidas, além de eventuais desvios de verbas do sistema para cobrir rombos no orçamento de outros setores do governo.

## Desafios

Embora corra o risco enfrentar novas denúncias do Ministério Público, o governo ilegítimo de Michel Temer, que sentiu-se fortalecido com a aprovação da reforma trabalhista e com os resultado da votação que impediu a continuidade da apuração da denúncia contra o presidente ilegítimo, tenta recompor sua base de apoio parlamentar para acelerar sua agenda de reformas. Entre elas, incluem-se a antirreforma da previdência e uma eventual reforma política, feita às pressas, sem nenhum debate com a sociedade, onde já foi apontada a possibilidade de mudança do regime presidencialista para parlamentarista e mudança no sistema de eleição de representantes para o parlamento (distritão), a vigorar em 2019. Seria o golpe dentro do golpe.



Diante deste cenário, a CUT continua resistindo aos ataques aos direitos trabalhistas e à aposentadoria, e defende Diretas Já como saída democrática para a crise em que o golpismo mergulhou o Brasil: dar a palavra ao povo soberano com antecipação das eleições e uma Constituinte que anule todas as medidas antinacionais e contrárias ao povo trabalhador já adotadas pelo Congresso servil, abrindo a via para as reformas populares necessárias.

Este Congresso Extraordinário tem o desafio de aprofundar o debate dessas questões e de aprovar uma estratégia e um plano de lutas que articule, no curto e médio prazos a luta política mais geral em defesa da democracia, do desenvolvimento com a defesa irrestrita do trabalho, dos direitos dos /as trabalhadores/as e com o repensar de sua própria estrutura sindical, adequando-a à complexidade das lutas que a classe trabalhadora enfrentará no próximo período.

## ESTRATÉGIA

### **ESTRATÉGIA DE CURTO PRAZO: FORA TEMER, DIRETAS JÁ, NENHUM DIREITO A MENOS.**

O golpe que depôs a presidenta Dilma é um acontecimento que divide períodos históricos: representa o final de um período democrático, no qual a CUT foi forjada, iniciado com o fim da ditadura militar e o limiar de um período novo, cujo caráter ainda está em disputa. É um cenário que vai além do fim de treze anos de governos democrático e populares no plano federal, mas sobretudo, revela uma nova dinâmica das forças da direita e do neoliberalismo, e até mesmo a criação de novas forças de direita e extrema direita. A ruptura da ordem burguesa pela própria burguesia alterou a dinâmica de disputa política na qual estivemos inseridos nos últimos 33 anos.

Diante desse desafio, está em disputa a maneira pela qual a esquerda se posicionará no novo período, o que, por sua vez, definirá o próprio caráter desse novo período. O golpe implicou também uma nova dinâmica das forças de esquerda que em certos momentos conseguiu reunir condições virtuosas que nos indicam as novas características de uma esquerda capaz de superar os erros e ilusões que permitiram o alçamento da direita.

A CUT reafirma sua luta pelo fim do governo golpista e seu programa, pela reposição da ordem democrática com eleições diretas e por uma constituinte exclusiva e soberana para reforma do sistema político. Além disso, a central deve, desde já, retomar os esforços de sistematização e atualização de suas contribuições históricas para um projeto nacional de desenvolvimento inclusivo e sustentável, protagonizando e somando-se às iniciativas em curso. Considerando os sucessivos e cada vez mais profundos ataques aos direitos da classe trabalhadora, a retomada deste projeto nacional necessariamente se inicia com a revogação de todas as medidas que enfraqueceram o Estado e as políticas públicas, retiraram direitos dos trabalhadores/as e minaram a soberania nacional.



Mas além de bandeiras de luta consistentes e da sistematização de um projeto nacional com a cara dos trabalhadores/as, a CUT não pode ser furtar de incidir na disputa política que já corre a pleno vapor no país. Defendemos uma candidatura presidencial que tenha o maior compromisso com nosso projeto de país e a maior identidade com a classe trabalhadora, o ex-presidente Lula é aquele que melhor expressa esse compromisso e essa identidade com os interesses dos trabalhadores/as e da maioria do povo brasileiro.

É preciso que o movimento sindical juntamente com os movimentos sociais se organizem de forma a ocupar as ruas, as feiras e as praças para denunciar de maneira intransigente as instituições nacionais (Congresso e STF) que unilateralmente estão decidindo e aprovando pautas que são inconstitucionais e vão contra os interesses do povo brasileiro. Essas instituições não podem ter o monopólio das nossas legislações e a classe trabalhadora não pode se deixar paralisar por esses ataques emanados de quem não produz e nem sustenta esse País.

Disputar para vencer a compreensão da sociedade que estamos vivendo um Golpe de Estado que passou pelo impeachment da Presidenta Dilma, sem crime de responsabilidade, e continua com a crescente retirada de direitos dos/as trabalhadores/as e com a criminalização dos movimentos sociais. O Golpe de Estado foi construído pelo capital financeiro internacional e implementado pelo Congresso Nacional com apoio do Poder Judiciário e da Mídia Monopolista. Estas forças conservadoras e reacionárias buscam a saída para a crise do capitalismo com um único objetivo de manter as altas taxas de lucro do capital em detrimento do conjunto da sociedade. Para tanto, devemos esclarecer as consequências nefastas dos ataques que estamos sofrendo.

Não basta tirar Temer e aceitar outro presidente eleito por via indireta pelo atual Congresso. A CUT não aceita nada que não seja dar a palavra ao povo soberano para decidir os rumos da nação, por isso é pelas "Diretas Já". A CUT chama ao boicote do Colégio Eleitoral da eleição indireta e apoia os parlamentares que decidam não participar dessa legitimação do "golpe dentro do golpe" para que continuem as contrarreformas trabalhista e previdenciária. A CUT se posiciona contra as contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, e a favor da constituinte soberana. A CUT afirma, diante desse atual Congresso corrupto, golpista e reacionário, que é preciso uma Constituinte soberana que anule as medidas tomadas pelo governo golpista contra os interesses da nação e os direitos da classe trabalhadora e que abra a via para as reformas populares (política, agrária, urbana, tributária, democratização da mídia etc) e restabeleça a democracia.

Eleições gerais. Fora Temer!

## **ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO: FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

No plano interno, a CUT dará continuidade, no médio prazo, ao fortalecimento da organização e da ação sindical. Deverá traçar uma estratégia de atualização do seu projeto político organizativo, visando fortalecer as suas Estaduais e Ramos. O crescimento e o fortalecimento da CUT em todos os Estados podem ganhar impulso a partir da elaboração e execução de uma estratégia sindical com ações voltadas para: a interiorização da CUT;





investimentos em eleições e oposições sindicais; sindicalização de trabalhadores/as; fortalecimento e reaproximação das entidades já filiadas e filiação de novas entidades sindicais. Marcando, assim, uma forte disputa do sindicalismo combativo da CUT com as demais centrais sindicais. Como parte desse processo, deverá exigir o cumprimento da lei nacional do piso do magistério descumprida pelos prefeitos e governadores bem como a manutenção dos amplos direitos conquistados no PCCS da categoria.

Com a aprovação da contrarreforma trabalhista, a CUT deve fortalecer a organização, formação e ação sindical para acumular forças suficientes para derrotar os ataques sofridos. Para tanto, é necessário traçar uma estratégia para fortalecer a luta dos/as trabalhadores/as com uma organização pela base, que garanta a democracia interna, que defenda os interesses do conjunto dos/as trabalhadores/as, superando a visão corporativa e economicista. Isso passa pelo fortalecimento do CUT nos ramos e nos estados, com a sindicalização em massa dos/as trabalhadores/as. Transformando, desta maneira, a CUT na referência e direção do conjunto dos/as trabalhadores/as brasileiros/as.

Este processo passa ainda pela renovação dos espaços organizativos da CUT e dos valores e práticas dos dirigentes sindicais, sendo exemplo de solidariedade e não de disputa que acaba afastando novos militantes.

## **ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO: CONSOLIDAR A DEMOCRACIA, FORTALECER O PROTAGONISMO DA CUT NA SOCIEDADE E CONSTRUIR AS BASES DE UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO.**

É importante ter no horizonte a sociedade que defendemos, seguindo o ideário que orienta a CUT desde a sua fundação: "o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo"; "lutar pela emancipação dos/as trabalhadores/as como obra dos próprios trabalhadores/as, tendo como perspectiva a construção da sociedade socialista" (Estatutos da CUT, Compromissos fundamentais). Neste sentido, a CUT se engaja na luta por instituições democráticas baseadas na soberania popular, no combate à corrupção no Estado na sociedade capitalista, por políticas públicas que promovam a superação de desigualdades e a inclusão social, que respeitem a diversidade e assegurem um desenvolvimento econômico em benefício da grande maioria oprimida de nosso povo, bem como o respeito aos direitos fundamentais da cidadania dos cidadãos e cidadãs brasileiros/as assegurados na Constituição de 1988. Uma sociedade fraterna e solidária, livre de toda a forma de opressão e de exploração, que valorize a paz, fraternidade e solidariedade entre os trabalhadores e povos de todo o mundo.

Desde a sua fundação a CUT defende "lutar pela emancipação dos/as trabalhadores/as tendo como perspectiva a construção de uma sociedade socialista". A CUT entende que a construção do socialismo como ideal de amplos setores é um dos maiores desafios da nossa época, e portanto buscará intensificar e aprofundar o debate estratégico sobre a relação do movimento sindical com a luta pelo socialismo, em diálogo com as forças que compõem o campo popular. O socialismo pelo qual lutamos requer uma profunda democratização da sociedade, o que pressupõe democracia social, pluralidade ideológica, cultural, religiosa, igualdade de gênero,



igualdade racial, liberdade de orientação sexual e de gênero. Terá uma economia colocada não a serviço da concentração das riquezas, mas no atendimento das necessidades do conjunto da sociedade. Será uma sociedade fraterna e generosa na proteção dos seus segmentos mais frágeis.

A atual correlação de forças na sociedade brasileira exige a construção da unidade dos/as trabalhadores/as e dos setores populares para garantir a democracia e o Estado de Direito. O capital financeiro internacional e seus aliados burgueses, membros dos poderes constitucionais e donos da mídia monopolizada atacam os direitos dos/as trabalhadores/as, os direitos civis e criminalizam os movimentos sociais. A luta contra estes ataques é necessária para reconquistar princípios básicos da democracia.

No atual cenário de crise do capitalismo, precisaremos intensificar a luta de classes entre os trabalhadores e a burguesia aliada das corporações transnacionais, estabelecendo parceria entre os trabalhadores de todas as nações com compromisso internacionalista pelo fato de sermos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos, portanto, a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz. É por isto que devemos continuar lutando por: desenvolvimento, democracia, direitos humanos, bem-estar, soberania, integração, paz, um Brasil, América Latina e Caribe, um mundo sem nenhum tipo de opressão nem exploração, o mundo socialista.

Para tornar este sonho realidade, no entanto, será necessário derrotar as forças golpistas e promover mudanças estruturais na sociedade brasileira: a reforma do sistema político, que restaure o Estado de Direito e fortaleça a democracia; a democratização e ampliação dos meios de comunicação, que rompa com o monopólio hoje, com enorme capacidade de manipular fatos e influenciar as decisões políticas; a reforma agrária, que assegure o acesso democrático à propriedade da terra e fortaleça a agricultura familiar e agroecológica; reforma tributária que tenha por objetivo a implantação da justiça fiscal, promovendo o crescimento e distribuição de renda, com as seguintes características: a) impostos progressivos em relação ao patrimônio e à renda b) simplificação dos tributos para possibilitar uma maior fiscalização sobre a sonegação e evasão fiscal c) fim da guerra fiscal e das desonerações em benefício ao capital d) revogação da Lei Kandir, que torna imune a tributação de produtos semielaborados exportados, incentivando a exportação de commodities em detrimento de manufaturas e) criação do Imposto sobre Grandes Fortunas e, f) elevação da tributação sobre o setor financeiro, acrescida da taxação das grandes fortunas e estabelecimento de impostos progressivos; a reforma



urbana, para combater a especulação imobiliária, que promove a segregação da população que vive em bairros periféricos, submetida à falta de infraestrutura básica e às mais diversas formas de violência; a reversão das privatizações das empresas públicas, a retomada do monopólio do petróleo, e auditoria da dívida pública. São reformas populares necessárias, cuja implementação passa por dar a palavra ao povo numa Assembleia Constituinte Soberana, dada a falência completa das instituições políticas aos olhos do povo brasileiro, revelada pela crise atual e pelo golpe que afastou a presidente eleita Dilma Rousseff, com a cumplicidade dos poderes Legislativo e Judiciário.

Discutir tributação é desvendar uma das expressões dos conflitos de classes. Não há como prosperar qualquer proposta de desenvolvimento e de retomada do crescimento econômico com distribuição de riqueza que não considere a necessidade e urgência de se transferir o maior peso da tributação para as camadas mais abastadas, respeitando o princípio da capacidade contributiva, via isonomia de tratamento entre as rendas do trabalho e do capital, revogando-se a isenção do imposto de renda sobre lucros e dividendos distribuídos e os juros sobre capital próprio, regulamentação do imposto sobre grandes fortunas e elevação da tributação sobre o patrimônio. A reforma tributária com os pressupostos acima deve se constituir em pedra angular das disputas que faremos para recolocar um novo projeto de desenvolvimento para o País.

Este necessário processo de *"mudança social"* exigirá fortalecer o protagonismo do movimento sindical CUTista na sociedade. A participação institucional da CUT em conselhos e conferências no campo das políticas públicas deve ser balizada pela compreensão que vivemos um "estado de exceção" desde o impeachment sem crime de responsabilidade de Dilma. Assim, a CUT deve, por exemplo, rejeitar a sua participação no Conselho de Relações do Trabalho nomeado pelo governo golpista de Michel Temer, cujo objetivo declarado é o de legitimar a contrarreforma trabalhista que tramita no Congresso e contra a qual a CUT vem combatendo, exigindo a sua retirada e afirmando sua posição de "Nenhum direito a menos". Bem como exigir que os representantes dos trabalhadores e das entidades sociais, nesses espaços, tenham, no mínimo, participação paritária para, de fato, existir um processo democrático nas decisões e não uma representação de trabalhadores apenas para legitimar, em muitos casos, decisões conservadoras que não interessam ao conjunto da classe trabalhadora.

Essa postura firme e protagonista da Central em todas as frentes de atuação, dar-se-á também por meio de um Projeto Parlamentar fortalecendo sua atuação no Congresso Nacional e parlamento estadual, instando as Estaduais da CUT e seus sindicatos a criarem as condições para que quadros do movimento sindical passem a atuar nesses espaços.

A presença da CUT na titularidade do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH, é um marco importante no olhar da central e seus sindicatos para tema do que dizem respeito ao dia a dia da classe trabalhadora em todo o país. A ascensão do governo golpista trouxe consigo uma agenda de ataques sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. Neste contexto, a nossa presença no CNDH possibilitou introduzir o debate e a compreensão, que os ataques aos direitos trabalhistas e sociais atentamente contra a agenda de Direitos das pessoas, em particular as que mais necessitam desta proteção do estado. Daí a nossa participação



no CNDH foi decisiva para fazer o contraponto e aprovar recomendações contrárias as reformas trabalhistas e da previdência. A CUT reafirma em sua estratégia que direitos se ampliam e não se retiram, e o digam às suas estaduais a importância de disputar espaços que fortaleçam nossas históricas bandeiras em defesa dos e das trabalhadoras.

Para tornar este sonho realidade, a CUT deve perseguir com toda determinação, a consolidação de sua Política Nacional de Formação, ampliando cada vez mais o alcance de suas atividades, cursos e programas de formação sindical na perspectiva de capilarizar o projeto de sociedade defendido pela CUT.

## *Resoluções da Direção Executiva aprovadas pelo Congresso Extraordinário*

### **RESOLUÇÃO 1 – NENHUM DIREITO A MENOS! – NÃO À ANTIRREFORMA TRABALHISTA**

A tarefa da CUT é a combater a antirreforma e o desmonte que ela provoca na nossa organização sindical, pois sua aprovação revelou por um lado, os interesses e objetivos da classe dominante e, por outro, a verdadeira razão do golpe, evidenciando a submissão completa do governo e da maioria dos parlamentares aos interesses de quem os financiou.

Trata-se de um novo paradigma nas relações de trabalho no país, que retira direitos do trabalho, institui formas precárias de contrato, fragiliza a organização sindical e a negociação coletiva, flexibiliza a jornada, restringe o acesso à Justiça do Trabalho, entre outros efeitos nefastos aos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil.

É importante destacar que esses impactos da antirreforma trabalhista serão sentidos de forma diferente, com intensidade e em tempo desiguais entre os diversos setores da economia e as diversas categorias profissionais. Além disso, é fundamental salientar que a maneira como a antirreforma atingirá os diferentes grupos sociais também se dará de forma desigual. Os negros, LGBTs, jovens e mulheres terão seus direitos trabalhista precarizados de forma ainda mais brutal do que outros.

As fortes mobilizações promovidas pela CUT, que aglutinaram amplo leque de alianças no campo democrático e popular, foram insuficientes para derrotar os empresários e demais segmentos das forças conservadoras. Estes grupos financiaram o golpe para promover o desmonte histórico dos direitos e conquistas da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo em que o governo, empresários, os meios de comunicação e muitos juizes e promotores do trabalho vão intensificar a defesa da nova legislação, apresentando-a como a modernização que o Brasil precisava para gerar empregos, sair da crise econômica e fomentar o empreendedorismo, tendem a aumentar os



ataques às organizações sindicais, o aumento das práticas antissindicais nos locais de trabalho, o esvaziamento do papel do sindicato, da justiça do trabalho, assim como o ataque a juízes e promotores do trabalho, engajados na defesa dos direitos dos trabalhadores e da Justiça do Trabalho.

A nova legislação trabalhista entra em vigor em 11 de novembro. A pressão já ocorre em diversos setores e tende a se intensificar sobre os trabalhadores. Contratos por tempo indeterminado serão substituídos por precários, como Pessoa Jurídica (PJ), em tempo parcial e intermitente.

Nas negociações coletivas, os empregadores vão utilizar o fim da ultratividade e a concessão do desconto assistencial ou taxa negocial como meio de pressão para impor a flexibilização e redução de direitos, assim como as negociações individuais para deslegitimar os sindicatos como representantes das categorias nas negociações coletivas. Esta ofensiva do capital se confronta com garantias do direito internacional do trabalho sobre negociação coletiva, reguladas há muitas décadas pelas Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) números 98 e 154, ratificadas pelo Brasil e que garantem que a negociação coletiva se desenvolva num ambiente de relações de trabalho pautadas no reconhecimento dos sindicatos como legítimos representantes dos interesses da classe trabalhadora.

A CUT não participou e não participará de nenhuma negociação com o governo golpista em que propostas de sustentação financeira do sindicato forem condicionadas à retirada de direitos dos/as trabalhadores/as.

A história da CUT mostra que nascemos lutando contra a ditadura e os elementos perversos da legislação sindical corporativista. Nossa história foi de rupturas com a legislação contrária aos interesses da classe trabalhadora. Não será diferente agora.

## AÇÕES SINDICAIS E ORIENTAÇÕES

Neste difícil contexto, a CUT e as entidades filiadas devem explicar os efeitos nefastos da Lei 13.647/17 (Reforma Trabalhista) e da terceirização nas atividades-fim das contratações no setor público e privado. Nas ações políticas, o Congresso Extraordinário resolve:

- 1 - Desenvolver uma **campanha de massa pela revogação da antirreforma trabalhista** (Lei 13.647/17) e das terceirizações (Lei 13.429/17), através da coleta de 1,5 milhão de assinaturas num projeto de lei de iniciativa popular a ser encaminhado à Câmara dos Deputados, em parceria com as Centrais Sindicais, movimentos sociais e partidos políticos, que estejam de acordo com a campanha.

1A) Este instrumento de agitação em fábricas, escolas, bairros e feiras está plenamente ligado a preparação da GREVE GERAL e deve animar a organização de comitês sindicais e populares em todo o Brasil. A coleta



e entrega de assinaturas deve ocorrer até o início de novembro, com indicativo de entrega em Brasília, a ser confirmado pela executiva nacional da CUT.

O projeto conterà os seguintes pontos:

- **Anulação** imediata da Lei 13.467/17;
  - Aprovação imediata dos seguintes direitos:
    - **Direitos Trabalhistas prevalecem** - nenhum acordo ou convenção coletiva pode ser firmado em termos abaixo do que estabelece a Constituição e a CLT.
    - **Ultratividade** - todos os acordos e convenções coletivas serão protegidos pela ultratividade.
    - **Representação sindical no local de trabalho** - será garantido o direito de organização sindical no local de trabalho. O formato e a função da representação serão definidos em processos articulados entre os trabalhadores da empresa e o sindicato correspondente.
    - **Defesa das Condições de Trabalho da gestante e lactante** - proibido manter e/ou transferir trabalhadora gestante ou lactante para setores e/ou locais de trabalho insalubre ou perigoso.
    - **Jornada de Trabalho de 40 horas semanais** - sem redução de salários e com limitação de horas extras.
    - **Saúde do trabalhador**- defesa da promoção, prevenção e proteção da saúde nos locais de trabalho.
    - **Terceirização** - proibição de contratos terceirizados de atividades fim em qualquer tipo de empresa; empresa contratante deve assumir responsabilidade solidária frente à contratada.
- 1.1. A CUT organizará comitês locais em parceria com outras centrais, entidades do movimento social e partidos políticos por todo o país, os quais se encarregarão de divulgar a campanha e promoverão a coleta de assinaturas para a apresentação do projeto de iniciativa popular pela anulação da antirreformatrabalista e promoção de direitos.
  - 1.2. A CUT priorizará as ações junto aos trabalhadores nas empresas e bairros residenciais e nas bases de cada parlamentar, denunciando os que votaram a favor da antirreforma, e coletando assinaturas pelo projeto de iniciativa popular para anular a Lei 13.467/17 e promover direitos.
  - 1.3. A CUT desenvolverá uma ampla campanha de divulgação em todo o país, com elaboração de materiais impressos, contendo orientação política, organizativa e jurídica, em duas versões: algo mais elaborado e também no formato de cartilha, contendo reflexão e orientação mais geral da CUT, complementada por



informações e diretrizes específicas do ramo e/ou sindicato; spots de rádio, TV e jornais, com interlocução nas redes e mídias sociais, buscando alcançar a sensibilização da sociedade.

- 1.4. A CUT proporá às demais organizações e movimentos, realização de uma ampla arrecadação de finanças para a sustentação da campanha, através a venda de materiais, camisetas, publicações e de contribuições individuais.

## 2 - AÇÕES INTERNACIONAIS

### 2.1 – Denúncias Internacionais

A CUT continuará reforçando a estratégia internacional de combate a contrarreforma trabalhista, mostrando-a como a face mais nefastas do golpe. Seja através das denúncias realizadas no âmbito da 106ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT; seja através de outras medidas como o pedido de audiência e denúncia junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA; Mercosul; ONU; BRICs e em outros organismos e espaços internacionais.

### 2.2 - Grupos de Trabalho

Para dar mais elementos à tal estratégia, a CUT irá propor um grupo de trabalho entre movimento sindical, universidades, centros de pesquisa e demais entidades parceiras para estruturar uma intervenção sólida, ampla e bem fundamentada sobre o tema. Cada entidade deve contribuir reunindo sistematicamente informações e documentos para confecção de dossiês a serem utilizados em denúncias de violação de convenções internacionais ratificadas pelo Brasil.

## 3 - AÇÕES FRENTE À PRECARIZAÇÃO DE CONTRATOS E RELAÇÕES DE TRABALHO

3.1- A CUT e entidades filiadas farão amplo trabalho de conscientização e mobilização dos trabalhadores, retomando **a campanha contra as práticas antissindiciais**, seja em âmbito individual ou coletivo. Tem crescido de forma significativa as perseguições, demissões, atentados e manipulações de eleições de representantes ou ainda pressões para se abrir mão de direitos assegurados pela legislação ou convenções e acordos coletivos. Frente a cada situação, a CUT, por meio de suas diversas instâncias e entidades filiadas, responderá de forma unitária e contundente às agressões, promovendo denúncias frente a OIT.

3.2 - A CUT e entidades filiadas se organizarão para identificar e denunciar formas precárias de contratos, com ênfase nos contratos intermitentes, de autônomo exclusivo e de prestação de serviços terceirizados. Estudará também a possibilidade de questionar a constitucionalidade do autônomo exclusivo.



## 4 - AÇÕES RELATIVAS À NEGOCIAÇÃO COLETIVA

### 4.1 – Campanhas unificadas:

A estratégia patronal, publicamente declarada desde 2014, é desregular e flexibilizar direitos previstos na legislação através da negociação coletiva. Daí que um dos principais pontos da lei 13.467/17 é permitir que se negocie abaixo do que a lei estabelece como direitos e garantias. Para isso conseguir isso, querem construir jurisprudência por meio de acordos em categorias com menor organização e capacidade de resistência. Neste contexto, será imensa a pressão patronal sobre os TRTs e TST. Nesse contexto, as campanhas deste 2º semestre serão o teste e evidenciarão nossa capacidade de resistência. Por isso a relevância de que tenham estratégias unificadas.

### 4.2 – Campanhas bem preparadas, baseadas em estudos e informações detalhados

A preparação e o planejamento das campanhas salariais e as negociações de acordos e convenções coletivas adquirem papel estratégico ainda maior na defesa e na preservação de direitos. A amplitude da representação, a capacidade de inovar nas formas de mobilização e de pressão, de identificar os pontos vulneráveis do patronato, a capacidade de realizar campanhas que envolvam não apenas os trabalhadores, mas também a sociedade como um todo, são todas questões relevantes, que passam a exigir estudos acurados e planejamentos detalhados.

### 4.3 – Manutenção dos atuais acordos e convenções coletivas

As entidades devem apresentar pautas, assegurando a preservação de direitos e evitando a precarização dos contratos. Devem pressionar para que os atuais acordos e convenções coletivas sejam mantidos até que novos acordos ou convenções sejam assinados e que os instrumentos em vigor sejam adotados como parâmetro para as negociações futuras. Devem buscar a inserção de cláusulas que inviabilizem o uso de contratos precários em ACT e CCT, estabelecendo, por exemplo, igualdade de direitos e proteção independentemente do tipo de contratação.

### 4.4– Assembléias representativas

Na aprovação da pauta de reivindicações, é fundamental que os trabalhadores de todas as empresas, inclusive das **terceirizadas**, sindicalizados ou não, sejam amplamente convocados e que seja realizada uma assembleia a mais representativa possível. É preciso explicitar nos editais de convocação de assembleia as questões que serão tratadas, inclusive a **taxa negocial ou desconto assistencial**, o âmbito da negociação e a aplicação de todas as cláusulas acordadas. A assembleia deve conceder a autorização prévia e expressa, de que trata o artigo 611-B, inciso XXVI (desconto estabelecido em ACT e CCT), da Lei nº 13.467/2017, para cobrança de desconto decorrente de negociação coletiva.





## 4.5 - Negociar com todos os sindicatos patronais

Todos os sindicatos patronais devem ser envolvidos na negociação, inclusive prestadoras de **serviços terceirizados** e demais formas de contratação. Nesse caso, deve-se usar a nosso favor o conceito de grupo econômico. Essa medida é essencial para que se possa reivindicar a inclusão de **cláusulas sobre terceirização**, assegurando tratamento igualitário e idêntica proteção.

## 4.6 – Taxa negocial cobrada de todos os beneficiados pelos ACTs ou CCTs

A cobrança de desconto a favor das entidades sindicais em virtude de sua atuação em negociação coletiva, cujo ACT ou CCT beneficiam todos os trabalhadores e trabalhadoras, independentemente de que sejam filiados, é compatível com a legislação nacional e com as normas internacionais do trabalho. Daí porque nos acordos ou convenções coletivas deve ser inserida a cláusula de desconto ou taxa decorrente de negociação coletiva, fazendo referência ao fato de que o valor e a forma de desconto foram prévia e expressamente autorizados em assembleia com a presença de sócios e não sócios.

## 4.7 – Sistematizar cláusulas negociais exitosas

Com a finalidade de ter maior controle sobre o histórico das negociações e retomar as propostas históricas da CUT de contratação coletiva nacional e sistema democrático de relações do trabalho.

## 4.8 – Cláusulas de garantias salariais

Nos ramos que têm campanha salarial no 2º semestre, atentar para a inclusão de cláusulas que tratem das garantias salariais e remuneratórias de modo expresso.

## 4.9 - Campanhas sobre os direitos atacados

São essenciais campanhas de esclarecimento sobre os direitos dos trabalhadores, evidenciando quais estão ameaçados e orientando sobre o que os trabalhadores e trabalhadoras devem fazer.

## 4.10 – Formação sindical para enfrentar os ataques aos direitos

Ganha relevância a formação de trabalhadores que, além de conhecerem seus direitos e as possíveis manobras patronais, saibam o que fazer junto ao seu sindicato para resistir às ofensivas patronais.

## 5 – AÇÃO ARTICULADA ENTRE AS SECRETARIAS NACIONAIS DA CUT

### 5.1 – Grupo de Trabalho

O processo de resistência e combate à antirreforma trabalhista é complexo e amplo, envolvendo muitos aspectos diferentes. As ações e acompanhamento do mesmo deve ser tarefa de um grupo de Secretarias afins - SNRT, SNO, SNF, SNAJ, SNJ, e SNST (coordenadas nacionalmente pela SG e com ramificações nos estados),



definindo-se o papel de cada área de acordo com suas especificidades e acúmulo de experiências e informações.

## 5.2 – Ações de comunicação

O combate à antirreformatrabalista deve continuar sendo tratado como questão estratégica pela Secretaria de Comunicação - SECOM, seja no diálogo que faz com a sociedade, seja na comunicação com os/as trabalhadores/as, produzindo material acessível à reflexão, ao debate e ao desenvolvimento de ações de resistência.

## 5.3 – Cursos

A Secretaria Nacional de Formação priorizará a abordagem da antirreforma em seus programas de formação, tanto em curso específico sobre o tema, como no curso que trata da Negociação e Contratação.

## 5.4 – Pesquisa

Elaboração de um projeto para a CUT realizar uma pesquisa com o objetivo de fazer um diagnóstico sobre as negociações coletivas (estratégias de negociação, acordos e convenções). Os resultados desse diagnóstico permitirão às secretarias da CUT apoiar os ramos no tema das negociações coletivas.

## 5.5 – Saúde do trabalhador e segurança no local de trabalho

As doenças, acidentes e mortes nos locais de trabalho que já eram alarmantes, com antirreforma, tendem a se aprofundar num cenário de retirada dos direitos da classe trabalhadora e desmantelamento das políticas públicas de proteção social e de vigilância em saúde nos territórios, e locais de trabalho do setor público e privado. Combater o assédio moral, autoritarismo, competitividade, demanda por produtividade, desvalorização das potencialidades e subjetividades dos trabalhadores, longas jornadas é nossa tarefa, pois isto tudo está contribuindo para um ambiente de trabalho ainda mais estressante.

## 5.6 – Seminário sobre Organização no Local de Trabalho

Realização de um seminário nacional sobre OLT: “desafios e estratégias da organização sindical CUTista desde os locais de trabalho” - a ser organizada pela SNST, SNF, SNO, SNJ e SNRT, visando a construção de estratégias para ampliação e o fortalecimento da organização sindical no local trabalho.

## 5.7 – Pesquisa sobre as condições de saúde no trabalho

Realização de uma ampla pesquisa/inquérito sobre saúde a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras com a participação dos ramos para levantamento de dados, visando diagnóstico e atualização das informações sobre saúde e condições de trabalho para subsidiar as lutas das entidades CUTistas contra a lei antirreformatrabalista e em defesa do trabalho decente.



## 6 - AÇÃO ARTICULADA DOS RAMOS

### 6.1 – Definir estratégia articulada

Os Ramos devem aprofundar a discussão dos impactos da antirreforma, com a construção de diagnósticos, da resistência à sua implantação e de planos de ações, seguindo as orientações e diretrizes gerais da CUT e as orientações e diretrizes específicas das Secretarias Nacionais da CUT responsáveis pelo tema, como a SNRT, SNO, SNF, SNAJ, SNJ e SNST.

### 6.2– Formação para os ramos

Devem ser realizados Seminários/debates regionais sobre as mudanças na legislação trabalhista e seus impactos na organização sindical e negociações coletivas, numa iniciativa articulada das Secretarias Nacionais, Ramos e Estaduais da CUT.

## 7 - NEGOCIAÇÕES COLETIVAS NO SERVIÇO PÚBLICO

### 7.1 – Legislação

O Brasil ratificou a Convenção 151 e a Recomendação 159 da OIT, que regulamentam a negociação coletiva no serviço público, contudo a regulamentação da legislação ainda está em processo de tramitação. A lei que estabelece a sistemática de negociações coletivas no serviço público federal (já foi aprovada no Senado e está agora na Câmara). A Secretaria de Relações do Trabalho – SRT acompanhará esse processo junto as estaduais para auxiliar na elaboração de projetos de lei de regulamentação das negociações coletivas nos âmbitos estadual e municipal.

## 8 – AÇÕES JURÍDICAS

### 8.1 – Identificar o que fere a Constituição Federal de 1988

A CUT vai explorar as inconstitucionalidades e inconveniências na aplicação da lei. Dentre os temas, destacamos:

- (a) a impossibilidade do negociado sobre o legislado em prejuízo do trabalhador;
- (b) a homologação e quitação anual de direitos;
- (c) a representação sindical dos terceirizados;
- (d) a ultratividade;
- (e) o financiamento por meio de taxa aprovada em assembleia, decorrente de negociação e prevista em acordo ou convenção, devida por sócios e não sócios;
- (f) contratos precários, como intermitente, autônomo exclusivo e terceirização;



(g) a centralidade do princípio da hipossuficiência;

(h) as inconstitucionalidades, a reafirmação dos princípios e das normas internacionais do trabalho, dentre outros;

(i) a restrição e os custos do acesso à Justiça do Trabalho.

Também vamos atuaremos sobre as ações judiciais individuais ou coletivas em 1ª instância, questionando a constitucionalidade de dispositivos específicos.

## 8.2 - Coletivos jurídicos

A CUT acompanhará as ações e julgamentos de causas trabalhistas no TST e STF. Mas é fundamental que os macrossetores, as CUTs Estaduais e os ramos constituam Coletivos Jurídicos próprios, de forma articulada com o Coletivo Jurídico Nacional, como forma de potencializar a atuação jurídica em todas as frentes. Devemos também incentivar a formação jurídico-sindical.

## 9 - AÇÕES NO PARLAMENTO

### 9.1 – Anulação da lei da antirreforma

A CUT apoiará as iniciativas que visam revogar a Lei 13.467/17.

### 9.2 - Acompanhamento das ações

A CUT continuará realizando forte monitoramento da tramitação de proposições de interesse das entidades filiadas no parlamento brasileiro, e participará das agendas das frentes, lideranças, bancadas e comissões da Câmara e do Senado.

### 9.3 - Contra as práticas antissindicais

A CUT entregará às lideranças políticas denúncias relativas às práticas antissindicais e ao assédio moral para forçar a realização de acordos individuais ou coletivos e casos de flexibilização e retirada de direitos por meio da aplicação da antirreforma trabalhista.

## ORGANIZAÇÃO SINDICAL E ENFRENTAMENTO DA ANTIRREFORMA

### TRABALHISTA

A CUT nasce lutando contra a ditadura militar e os elementos perversos da estrutura sindical corporativista, a saber: imposto sindical, unicidade sindical e reconhecimento legal concedido pelo Estado. Na trajetória da CUT, o debate sobre *organização sindical* está associado ao debate de construção de uma *nova estrutura sindical*. Entre os princípios da nova estrutura sindical e das novas estratégias de organização sindical, o 1º CONCURT



(1984) aprovou: *Sindicato classista e de luta, Liberdade e autonomia sindical* – defesa da Convenção 87 da OIT, *Organização sindical* por ramo de atividade produtiva, *Eleições sindicais livres e diretas*, *Sustentação financeira* criada por trabalhadores/as para garantir as lutas, *Sindicalização permanente de todos os trabalhadores e trabalhadoras*.

O reconhecimento das centrais sindicais a partir de 2008, com acesso ao imposto sindical ampliou o número de centrais no Brasil e acirrou as disputas de base. Vale recordar que, *a CUT sempre defendeu um processo de extinção do imposto sindical, através da assinatura de um termo de compromisso que estabelecia o fim do imposto e a criação da contribuição negociada vinculada à negociação coletiva*.

Ainda em 2008, a Portaria 186 possibilitou o reconhecimento das federações, confederações e liberdade de organização nas entidades de grau superior, ou seja, mais de uma federação e confederação por categoria e base territorial, passaram a ter direito ao registro sindical. Ao mesmo tempo, prevaleceu à *unicidade* nos sindicatos de base e o desmembramento de base e categoria, desde que preservado o município sede do sindicato desmembrado.

Esta realidade que ainda vigora nos dias atuais, de imediato gerou um fracionamento ainda maior das entidades de base, na contramão da proposta histórica da CUT de ampliação das bases de representação a partir da construção de sindicatos por Ramo e da ampliação da base territorial. Também é preciso reconhecer que o cenário de reconhecimento das centrais gerou uma maior intervenção do Estado para concessão de registro às entidades sindicais.

O *Congresso Extraordinário e Exclusivo da CUT* reafirma as posições da central em favor de uma agenda em defesa da *liberdade e autonomia sindical* – *Convenção 87 da OIT*. A conjuntura de ataque aos direitos e a ofensiva conservadora de criminalização ao movimento sindical/social certamente não constitui o cenário ideal para avanços em favor da liberdade sindical.

A Lei nº 13.467/2017 baseia-se na lógica de *individualização* e da *desproteção coletiva*, pois transfere para o contrato individual de trabalho uma série de possibilidades de *negociação direta excluindo a representação sindical*, dificultando o acesso dos sindicatos no local de trabalho, fragilizando financeiramente as entidades sindicais, formalizando a negociação abaixo dos pisos legais e sem incentivo negociado. *A tarefa sindical é a de combater a reforma e o desmonte que ela provoca na nossa organização sindical*.

Considerando o processo de reorganização sindical nacional impulsionado pelo reconhecimento das centrais, a aprovação das Portarias 186/08, 326/13 e a ANTIRREFORMATRABALHISTA (Lei nº 13.467/2017), a CUT assume como prioridade promover imediatamente com suas bases um amplo debate sobre a atualização de sua organização sindical levando em conta a existência dos atuais macrossetores, ramos e sindicatos de base.



## AÇÕES VOLTADAS PARA O FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL E ENFRENTAMENTO DA ANTIRREFORMA TRABALHISTA

### 1 - CUT e sindicatos de base

*Aproximar ainda mais das entidades sindicais filiadas e recém-filiadas a CUT acelerando os processos de regularização cadastral na CUT e no MTE, assegurando o debate sobre concepção e prática sindical na ótica da CUT. Vale dizer que, enquanto não houver mudanças na estrutura sindical e no processo de reconhecimento das entidades, sindicato sem atualização de mandato/diretoria não poderá depositar acordo coletivo no MTE e também fica impedido de entrar com impugnação caso crie-se um sindicato em sua base. Esta situação vale para todos os ramos da CUT e se agrava num ambiente marcado pela ofensiva das demais centrais sindicais em direção as nossas bases.*

### 2 – Coletivos de organização sindical

*Criar Coletivos de Organização Sindical por Estado para traçar estratégias voltadas para o fortalecimento da nossa Central e construir propostas que visam superar tentativas de divisionismo nas nossas bases, reforçando a democracia interna entre os/as CUTistas.*

### 3 – Sindicalização

*A sindicalização deve ser uma política permanente. A ação de sindicalização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade terá atenção aos migrantes – considerando a nova lei de migração, e a adequação dos estatutos das entidades. Neste sentido, reforçaremos a regulamentação da Convenção 97 e fortalecer a campanha pela ratificação da Convenção 143 da OIT. Além disto, a filiação de novos sindicatos e consequente ampliação do número de sócios pode ganhar vigor no próximo período. Afinal, há um grande número de sindicatos *sem central* (aproximadamente 2700 sindicatos - CNES/MTE, julho de 2017) e um número expressivo de *Oposições Sindicais* que vem sendo organizada pelo sindicalismo CUTista.*

### 4-Organização sindical e desafios do mundo do trabalho

Considerando o princípio histórico da CUT – Defesa da Liberdade de Organização Sindical, através da ratificação da Convenção 87 da OIT, entre outros instrumentos do direito internacional do trabalho, retomaremos com vigor os debates a respeito das *transformações no mundo do trabalho e as estratégias de organização sindical necessárias para o século XXI*, incluindo temas centrais, tais como: cadeias globais de produção e estratégias de representação dos/as trabalhadores/as em condição de precariedade, informalidade, migrantes, economia solidária etc., visando lutar contra a retirada de direitos e por trabalho decente para todos/as. Será dada ênfase ao processo de organização no local de trabalho, dada a relevância que a questão assume com a antirreformatrabalhista (representação dos trabalhadores na empresa e negociação).



## POLÍTICA DE FINANÇAS: AUTOSSUSTENTAÇÃO PARA FORTALECER A LUTA SINDICAL CUTISTA

Enfrentamos uma política deliberada de afronta à dignidade da classe trabalhadora, articulada pelo capital, e que com o golpismo tem imposto um conjunto de medidas regressivas e autoritárias. Busca-se aumentar a concentração de renda e a exploração do trabalho. Esta proposta de reforma trabalhista faz parte desta ofensiva, e aliada a demissões em massa expressa uma forte ofensiva contra o mercado de trabalho, o processo de contratação e regulação. O objetivo é extinguir direitos historicamente conquistados.

Junto a isto, práticas antissindicais cotidianas dificultam a organização dos/as trabalhadores/as no enfrentamento desses ataques. Nossas entidades sindicais sofrem um estrangulamento financeiro, restrição à livre organização sindical, perseguição a dirigentes, impedimento dos/as trabalhadores/as se filiarem, entre outras ações.

A CUT e o conjunto de suas Instâncias devem estar preparados para os novos desafios colocados para a classe trabalhadora e sua organização sindical. Diante disto, O Congresso Extraordinário e Exclusivo define uma estratégia político-organizativa com ações de fortalecimento de nossas Entidades Sindicais de base, bem como de nossas Federações, Confederações, Escolas Sindicais e CUT Nacional e Estaduais, através das seguintes diretrizes:

### 1) Fortalecimento dos sindicatos de base e da representação sindical

- i. **ASSEMBLEIAS:** fortalecer o processo de convocação e participação nas assembleias da categoria, como um espaço de discussão e fortalecimento das finanças do Sindicato;
- ii. **ARRECADAÇÃO:** aprovar coletivamente as taxas assistencial e negocial, com autorização expressa da base, por meio de assembleias representativas das categorias.
- iii. **SOLIDARIEDADE:** ampliar a solidariedade sindical com a participação coletiva em mobilizações, panfletagens, eleições sindicais etc. Não é apenas uma questão de racionalizar recursos financeiros, mas também e muito mais potencializar nossas lutas. Aqui reafirmamos: “juntos somos fortes, juntos somos CUT”;
- iv. **SINDICALIZAÇÃO:** organizar na categoria uma “Campanha Militante e Permanente de Sindicalização”. Discutir sua importância, a representatividade, a força da unidade, a imagem do sindicato junto à base;
- v. **MUTIRÕES:** realizar mutirões de visitas e promover recadastramento dos/as trabalhadores/as na base de representação da Entidade, aferir o tamanho real e a contribuição devida.
- vi. **GESTÃO SINDICAL:** a gestão sindical deve estar a serviço da política e em sintonia ao planejamento da Entidade. Todo esforço de defesa e ampliação da arrecadação, de utilização e racionalização dos recursos, deve ser orientado para que haja maior impacto da ação sindical na vida dos/as trabalhadores/as. Deve-se



fortalecer as instâncias das Entidades, como as reuniões da Direção (Secretariado), como um espaço coletivo de discussão e deliberação;

- vii. **ALTERNATIVAS:** discutir as possibilidades de implementação de outras formas de contribuição financeira quando houver a restrição ao desconto em folha, para que o/a trabalhador/a exerça seu direito à organização livre e autônoma, autossustentada.

## 2) Fortalecimento da CUT Nacional e Estadual, Escolas Sindicais, Federações e Confederações

- i. **MENSALIDADE ESTATUTÁRIA:** manter as mensalidades estatutárias em dia. Aprofundar o debate sobre a importância do pagamento dessas mensalidades para a CUT, pois desses recursos dependem as nossas Federações e Confederações, as Estaduais da CUT, Escolas Sindicais e a Nacional. Mais do que nunca a CUT e nossa unidade são essenciais para enfrentar os ataques;
- ii. **MENSALIDADE:** encaminhar o debate sobre a progressividade nas mensalidades estatutárias com vistas a apresentar uma resolução sobre o tema no CONCUR em 2019;
- iii. **FORMAÇÃO:** fortalecer o debate e o curso de gestão sindical, bem como a formação sindical CUTista, como um espaço privilegiado de reflexão e consolidação de propostas de gestão sindical CUTista.

## 3) Marco legal:

- i. **TAXA NEGOCIAL:** Em defesa da liberdade e autonomia sindical e, com base nas posições da CUT apresentadas no Fórum Nacional do Trabalho (2003/04), a Central defende uma Lei que garanta a aprovação da taxa negocial em Assembleia relacionadas às negociações salariais e de condições de trabalho. Quando o trabalhador decide livremente como quer sustentar seu sindicato, fortalece sindicatos combativos, representativos e com poder de negociação. Essa taxa negocial, com percentuais e parcelas a serem definidos em assembleia, não poderá ultrapassar o limite máximo de 1% da renda anual (remuneração) do trabalhador, e a ser pago após a negociação do acordo (convenção) coletivo. E os recursos no Sistema CUT serão distribuídos da seguinte forma: 70% para os sindicatos, 15% para as Federações, 5% para as Confederações e 10% para a CUT Nacional.

Com essa estratégia, a CUT vai avançar significativamente em seu projeto político-organizativo, ampliando a representatividade, a capacidade de pressão e negociação, lutando incessantemente pelo trabalho decente, com dignidade e esperança de quem constrói o país.

## EMENDAS DOS ESTADOS QUE DIALOGAM COM A RESOLUÇÃO

### Campanha pela anulação da antirreforma trabalhista





Fazer ampla campanha pela anulação da antirreforma trabalhista e realizar atividades envolvendo a panfletagem e mobilização nos locais de trabalho, a articulação com movimentos sociais na criação de comitês populares, comitês nos bairros, universidades, escolas, sindicatos e movimentos rurais para formar consciência na necessidade de lutar contra o golpe, contra o governo golpista e as reformas, a promoção de audiências públicas e conferências livres, a realização atos e manifestações massivas nas cidades polos do interior e nas capitais, plenárias por ramos nos estados para discutir as especificidades e para que a CUT possa chegar mais próximo de todos os ramos, a pressão sobre as bases eleitorais dos parlamentares, a pressão sobre o Congresso em Brasília e, por último e mais importante, a realização de greve geral como instrumento mais importante de luta.

Manter a mobilização de defesa da classe trabalhadora na perspectiva da construção da 3ª greve geral, denunciando o caráter ilegítimo do governo e seus aliados. Manter a constante denúncia sobre as reformas aprovadas e seus apoiadores como: deputados e senadores, principalmente os do estado de origem.

Se debruçar em conhecer com detalhes o conteúdo das reformas do governo golpista de Michel Temer e denunciá-los a toda sociedade. Intensificar, através dos meios de comunicação da CUT e sindicatos filiados, denúncias de políticos que votam contra os direitos dos trabalhadores. A CUT tem que ser o carro chefe na mobilização da luta contra o golpe.

## **Organização sindical**

Organizar atividades com Estaduais e Ramos/macrossetores para discutir os riscos para a organização sindical implícitos na proposta de reforma trabalhista incluindo a realização de seminários estaduais junto aos 19 ramos organizados da CUT. O objetivo final destas atividades será definir ações visando superar, de um lado, os problemas já diagnosticados pela SNO no Ciclo de Debates sobre “Democracia e Organização Sindical” e, de outro, prevenir contra os efeitos nefastos da reforma. Essas iniciativas tenderão a se estender para o período além da realização da Plenária-Congresso Extraordinário. Fortalecer o trabalho de base como elemento central da organização sindical.

Fortalecimento do Sindicato de Aposentados e Pensionistas CUTista com políticas sociais, para diminuir as desigualdades e a exclusão dos idosos e idosas.

O fortalecimento das Estaduais (estrutura horizontal), Ramos (estrutura vertical) e a melhor articulação entre estas instâncias da CUT são fundamentais para continuarmos enfrentando as adversidades da conjuntura política e econômica se organize atividades por ramos em cada estado e discutir as consequências das reformas.

Nesse sentido, a CUT deverá organizar um caderno de formação para auxiliar no processo de formação dos novos sindicatos filiados a CUT, bem como as oposições sindicais. O caderno deverá conter informações que os



novos dirigentes sindicais entendam o que a CUT defende e luta: as características, os princípios, os objetivos e os compromissos com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.

## **RESOLUÇÃO 2 –**

### **CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - “SE BOTAR PRA VOTAR, O BRASIL VAI PARAR”**

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 287-A), sobre a reforma da Previdência e da Assistência Social, em debate no Congresso Nacional, propõe amplas mudanças na Constituição, no sentido de minimizar o alcance e a importância da Previdência Pública - ou seja, do Regime Geral da Assistência Social. Promove o endurecimento das regras de acesso e o rebaixamento no valor médio dos benefícios previdenciários, destrói direitos adquiridos e impõe maior tempo de trabalho e de contribuição aos trabalhadores e trabalhadoras, penalizando principalmente os que possuem vínculos mais precários no mercado de trabalho, a exemplo das mulheres, ampliando a pobreza e a pobreza extrema no médio prazo;

A proposta rompe com o pacto construído na Constituição Federal de 1988 para a Seguridade Social: universalidade da cobertura e capacidade contributiva. O trabalho regulado é um dos pilares de sustentação deste pacto. Neste sentido, a antirreformatrabalista (Lei. 13.467/2017), impactará diretamente nas políticas de sustentação da Seguridade – previdência, assistência e saúde.

Soma-se a isso a Emenda Constitucional 95 sobre o teto dos gastos, que trata também de benefícios da assistência social. Seu caráter é de desmonte e tem por objetivo final reduzir o acesso e os valores dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, transferindo para a iniciativa privada. O desmonte das políticas de Previdência e Assistência diminui a potência da seguridade social como política pública de diminuição das desigualdades sociais. O desmonte dos direitos trabalhistas somados a ausência de investimentos por parte da União, justificaria por si só, a transferência para o setor privado dos Regimes (RGPS e RPPS).

### **Diretrizes e Ações voltadas para o enfrentamento da Antirreformada Previdência**

Diante desse quadro, a CUT reafirma a sua posição em defesa do atual sistema de proteção social existente no país, inclusiva, distributiva e solidária, que garanta uma aposentadoria digna e não de subsistência. Em particular no que diz respeito à seguridade social, por entender que sua concepção atende os princípios básicos de cidadania em conformidade com o previsto na Constituição Federal. Cabe lembrar, que o sistema de seguridade social existente no Brasil é um exemplo para muitos países que enfrentam o desafio da inclusão social.

Neste sentido, considerando a possibilidade que o Congresso aprove a antirreformada Previdência nos próximos meses (setembro/outubro); considerando que a antirreformada previdência é de interesse do setor financeiro, um



dos promotores do golpe, que se vê beneficiado com a destruição da previdência pública; considerando as Resoluções da CUT aprovadas em suas instâncias sobre o tema:

## **2.1 - O CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO EXCLUSIVO, APROVA AS SEGUINTE AÇÕES E ORIENTAÇÕES:**

- 1) Organizar a GREVE GERAL para barrar a antirreformada previdência quando o tema for retomado no Congresso Nacional, articulando com as ações de resistência pela manutenção de direitos e contra a reforma trabalhista aprovada; intensificação da pressão sobre os deputados federais em suas residências, escritórios eleitorais e, principalmente no acompanhamento de suas agendas políticas (inaugurações, restaurantes, aeroportos, batizados, casamentos e outros eventos);
- 2) Intensificar a colagem de cartazes, instalação de outdoors, busdoors e outros, além da massiva distribuição de panfletos;
- 3) Utilizar de espaços disponíveis em jornais regionais, rádios, televisões e sítios na internet;
- 4) As CUTs Estaduais, Confederações, Federações e Sindicatos filiados devem reservar espaços em seus informativos sobre a antirreformada previdência e as ações da CUT para impedir sua aprovação;
- 5) Dar continuidade ao trabalho conjunto com as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo nas atividades de denúncia da destruição da previdência;
- 6) Fortalecer os Comitês Municipais que envolvem outros segmentos da sociedade (Prefeitos, Vereadores, Associações Comerciais e outros), uma vez que os municípios serão seriamente afetados financeiramente com a aprovação da antirreformada previdência;
- 7) Levar a discussão do fim da aposentadoria às bases dos sindicatos com intensificação das panfletagens, reuniões e plenárias.

## **2.2 - EMENDA DOS ESTADOS QUE DIALOGA COM A RESOLUÇÃO**

Criar ações para que o povo brasileiro conheça, entenda os seus benefícios e defenda de forma intransigente a Previdência Social evitando a aprovação da Reforma Lutando pela manutenção dos direitos sociais e a gestão transparente da seguridade social, além do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência social pública e solidária. Só assim poderemos manter a seguridade social, verdadeiro patrimônio dos brasileiros e das brasileiras.



## RESOLUÇÃO 2-A – SEGURIDADE SOCIAL

Para contextualizar a Seguridade Social é preciso ter como referências a economia e o mercado de trabalho. Na história mais recente de nosso país, a discussão sobre este tema tem sido fortemente contaminada com as propostas contidas na EC nº 95, do teto dos gastos públicos. A Constituição Federal de 1988 alterou profundamente o quadro de proteção social no Brasil instituindo o SUS, o seguro desemprego, a previdência rural, a expansão da previdência urbana, educação obrigatória, entre outros. O que se vê hoje é um desmonte da Constituição através de mudanças estruturais que o fortalecem o capital e a concentração de renda.

A Constituição Federal estabelece que todos, independentemente da posição dentro da estrutura contributiva, podem se utilizar de um conjunto de direitos deixando claro a universalização desses direitos pois que são condições primordiais de cidadania. Nosso país, até então, sempre primou pela desigualdade. Outro fator importante de mudança social pela Constituição Federal é o reconhecimento da responsabilidade pública na garantia do atendimento a quem necessitar.

Sob o ponto de vista da arrecadação se considera que a primeira característica da Seguridade Social no país consiste no fato de que ela é financiada fortemente por quem tem menos. É atribuída uma carga tributária cruel para os mais pobres e protege quem tem mais recursos. Esta situação é o inverso do que acontece na maioria dos países que atuam de forma progressiva. Outro fato comprovado é que ocorre uma centralização da carga tributária, onde grande parte da contribuição fica na esfera federal, receita vinculada, em detrimento dos outros poderes.

Na realidade ocorreram desvinculações dos recursos da Seguridade Social em larga escala nos vários governos desde o Plano Real. Isto comprova que a ideia de déficit, como os gestores públicos afirmam atualmente, é uma falácia.

A estrutura de proteção social pressupõe crescimento econômico, expansão da arrecadação e dinamismo do mercado de trabalho. A arrecadação subiu nas últimas décadas em decorrência da carga tributária. Hoje gira em torno de 35% do PIB. Há um peso muito grande dos impostos indiretos.

A CF 1988 definiu que as políticas de previdência, saúde e assistência social seriam organizadas com novos princípios e diretrizes e passariam a compor o sistema de seguridade social brasileiro se caracterizando como um sistema de proteção social que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência).

### - Saúde:

O Sistema Único de Saúde sofreu o maior ataque desde sua criação em 88 quando da aprovação da EC 95 que limita drasticamente os gastos públicos por duas décadas e que propõe o desmonte da capacidade do Estado de implementar políticas públicas para consolidação de direitos. O que foi gerado com a redução de



gastos/investimentos não volta para a sociedade na forma de serviços públicos. Estudiosos apontam projeções estarrecedoras para a área da saúde. Se o conceito da EC 95 (a receita do novo exercício será o montante do valor gasto no ano anterior somado a inflação do mesmo período) fosse aplicado nesta última década a saúde perderia 42% de seus investimentos. Ou seja, dos R\$ 100 bilhões investidos, seriam aplicados apenas R\$ 58 bilhões.

Se diminuí recursos, gastos/investimentos significa dizer que sob esse “desfinanciamento” as políticas públicas essenciais da área da saúde estarão comprometidas. Com isso programas como o Saúde da Família, SAMU, de distribuição de medicamentos, de combate às endemias, de combate e prevenção contra o HIV e DSTs, entre tantos outros, serão afetados e perderão recursos assim como ações amplas de prevenção estarão comprometidas.

Lembremos dos casos mais recentes em nosso país da gripe H1N1, da dengue ou da Chikungunha. São situações inesperadas que exigem medidas drásticas e investimentos de grande porte para serem combatidas e não podem esperar ou deixar de ser solucionadas.

A isso aplica-se o subfinanciamento crônico na saúde não resolvido desde a implementação da universalidade, associado à política recessiva implantada inicialmente pelo representante dos banqueiros Levy em 2015, que levou a um maior estrangulamento das receitas e que culmina com a EC 95, provocando a redução drástica dessa política pública.

## - O capital estrangeiro na saúde

A intervenção da iniciativa privada nos espaços direcionados ao poder público proposto pelos nossos governantes é um dos elementos do fortalecimento do Estado liberal em detrimento do Estado social. Haja visto a intervenção da iniciativa privada nos espaços direcionados ao poder público proposto pelos nossos governantes.

A compra do Grupo Amil pela Americana UnitedHealth, em 2012, por cerca de 6,5 bilhões, demonstra o enorme apetite que estes grupos transnacionais têm em abocanhar o mercado brasileiro da saúde. Isso é uma clara evidência de que a lógica do mercado está se sobrepondo às das políticas públicas.

Vale ressaltar que esse grupo vem desenvolvendo um sistema “paralelo” de saúde, inclusive dentro da atenção primária. Comprova-se que essa lógica está sendo implantada pelo atual governo golpista através da proposta do “Plano de Saúde Popular (pacote mínimo de serviços)”, e da reformulação com eixos duvidosos e com ausência de discussão com a sociedade da reformulação da Política Nacional de Atenção Básica. Reformulação essa que retira a obrigatoriedade do número mínimo de agentes de saúde por região, atacando esses trabalhadores através do potencial de retirar o seu emprego.

A força dos investidores privados da saúde é grande dentro da estrutura Federal de Poder.



## - Previdência:

Considerada como o principal compromisso do Governo Temer com o mercado, a PEC 287 que fala sobre a Reforma da Previdência é mais um ataque aos direitos dos (as) trabalhadores (as) e faz parte do projeto de desmonte das políticas públicas no Brasil.

Pelas regras está previsto a dificuldade de acesso de muitos trabalhadores (as) ao benefício porque exigem mais tempo de contribuição e reduzem drasticamente os valores a serem recebido por meio de aposentadorias e pensões.

O mais descabroso é a grande mentira utilizada pelo governo para justificar a reforma fortalecendo a ideia para a mídia de que há um “rombo na previdência” que precisa ser resolvido. Ao fazer isso o governo deixa claro a sua incompetência nas análises das receitas públicas quando separa a previdência social da Seguridade Social.

Estudiosos informam que o governo denuncia um déficit de R\$ 85 bilhões (2015) sem apresentar onde foi aplicado os R\$ 260 bilhões que foram arrecadados para a Seguridade Social através do COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e da CSLL (Contribuição Social sobre Lucros Líquidos). O orçamento da Seguridade Social é dividido com os gastos pela Previdência, Saúde e Assistência Social.

A desvinculação é parte de utilização de recursos da Seguridade Social para outras áreas de governo que não são necessariamente a saúde, previdência e assistência Social assim como as renúncias fiscais e tributárias não aparecem na computação do suposto “déficit” da previdência

Outro dismantelamento das políticas públicas do Governo Lula/Dilma é a proposta do atual governo de diminuir o funcionamento das agências do INSS em todo o país por falta de recursos orçamentário. O INSS teve um corte de 40% nas verbas para esse ano e isso pode acarretar em aumento do desemprego e precarização do atendimento à população.

## - Assistência Social:

O “desfinanciamento” proposto pela EC 95 prejudica em cheio os projetos sociais financiados pelo Governo Federal como “Bolsa Família” e todos os projetos de transferência de renda à medida que com a diminuição de gastos, o governo deverá restringir a entrada de novas famílias beneficiárias por 20 anos. Isso não apenas retirará direitos de várias famílias que estão inseridas no Programa por estarem em situações vulneráveis como também aumentará o número de famílias nessa situação e, conseqüentemente, a desigualdade social no Brasil.

De acordo com artigo 203 da Constituição Federal a Assistência Social é pública e Universal para quem dela necessite.

Com a aprovação da EC 95 o BPC (Benefício de Prestação Continuada) que é pago pela Assistência Social, no valor de 1 salário mínimo, a quem tem mais de 65 anos ou deficientes com renda familiar igual ou inferior a um



quarto de salário mínimo per capita e que não são segurados da Previdência Social, além de ser desvinculado do salário mínimo exigirá um ano a mais, na idade, a cada dois anos, contados da data promulgação da EC, até atingir o limite de 70 anos, ao final de dez anos, após esta data. E o que é pior, o valor do BPC será pago de acordo com a vontade do governo o que transformará em indigente absoluto todos aqueles que necessitarem.

Com o retorno de um governo neoliberal, através da implantação do Estado Mínimo e maior concentração de renda, implantado como modelo de gestão pelo Governo atual; a política de Assistência Social deve ser defendida pelos(as) trabalhadores(as) do Sistema único de Saúde (SUAS) e pela população para garantir que o Estado se responsabilize pelas condições necessárias de sobrevivência do povo que estão na vulnerabilidade social.

## AÇÕES E ORIENTAÇÕES

- 1) Que a CUT dialogue com a sociedade permanentemente e mobilize os(as) trabalhadores(as) para:
  - a) pressionar o Governo Federal a taxar as grandes fortunas e cobrar as dívidas dos grandes devedores da União como forma de diminuir os cortes nas políticas sociais;
  - b) exigir que as receitas da Seguridade Social sejam aplicadas na Seguridade Social;
- 2) Que a CUT desenvolva ações para aprofundar debate, formular/sistematizar propostas e desenvolver campanhas sobre:
  - a) modelos de gestão (papel do Estado e os modelos privatizantes: terceirização, OSs, Fundações Estatais, etc..);
  - b) gestão do Trabalho (Negociação Coletiva, Jornada 30 horas, etc..)
  - c) controle Social (Seguridade Social, capacitação de Conselheiros(as) educação permanente);
  - d) formas de fiscalização e efetivação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social) nos Estados e Municípios;
  - e) financiamento da Seguridade Social ;
  - f) Previdência Social (fator previdenciário, aposentadoria especial – fator acidentário de prevenção);
- 3) Que a CUT realize campanhas nacional e internacional que tenham como objetivo barrar a entrada do capital estrangeiro na saúde no Brasil e denunciar os prejuízos da desprecarização do trabalho para o(a) trabalhador(a) e mau atendimento nos serviços de saúde para a população que isso vem ocasionando;
- 4) Que a CUT organize mobilizações por um SUS 100% estatal, universal, livre de qualquer forma de privatização;



- 5) Que a CUT desenvolva ações para que seja cumprida a Convenção nº 151 da OIT, realizando campanha para que se aplique a Convenção nos Estados e Municípios organizando campanhas, seminários nacional e estaduais para debater projetos sobre regulamentação de negociação coletiva e direito de greve no serviço público.
- 6) Nos processos de negociação coletiva, âmbito público nas três esferas, reafirmar as posições da CUT por isonomia salarial, desprecarização do trabalho e manutenção do Regime Jurídico Único Estatutário, por meio da realização de concurso público;
- 7) Que a CUT desenvolva lutas e campanhas sobre questões que afetam as relações e condições de trabalho: assédio moral, saúde do(a) trabalhador(a), igualdade de oportunidades, combate a qualquer forma de discriminação e preconceito, jornada máxima de trabalho de 30 horas semanais, piso salarial nacional, trabalho decente, implantação da NR-32, política para os(as) trabalhadores(as) da Seguridade Social, portadores(as) de deficiência, inserida na Secretaria de Políticas Sociais da CUT Nacional e no Coletivo Nacional de Trabalhadores com Deficiência. A CUT deve orientar os Sindicatos filiados a implementar essas discussões;
- 8) Que a CUT invista em processos de formação continuada e permanente para todos dirigentes sindicais dos Ramos e Categoria, com o objetivo de instrumentalizá-los(as) e qualificá-los(as) em áreas temáticas, como: negociação coletiva, gestão do trabalho, controle social, etnia, raça, gênero, juventude, saúde do trabalhador, aposentadoria especial, construção, implementação, acompanhamento de PCCS e novas tecnologias;
- 9) Que a CUT realize Seminário sobre os impactos da automação e novas tecnologias na Seguridade Social.

## EMENDA DOS ESTADOS QUE DIALOGA COM A RESOLUÇÃO

É preciso defender o que está na CF 88 que prevê que todos devem contribuir para o mesmo fundo social onde todo/as contribuem para que cada um receba segundo a sua necessidade.

### **RESOLUÇÃO 3 – EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO**

A CUT combaterá em todas as suas frentes de luta a reforma ultraliberal do estado brasileiro. A maior expressão dessa política é a Emenda Constitucional 95, aprovada no final de 2016, que arrocha políticas públicas sociais de saúde, educação, assistência social, previdência social, saneamento básico e moradia, entre outras, em benefício do ajuste fiscal. A lei congela por 20 anos o orçamento da união para essas políticas, podendo ser reajustado anualmente apenas pela inflação. É o mais importante ataque ao funcionamento e papel do Estado, constitucionalizando mecanismos de ajuste fiscal .





Essa medida não é uma decisão isolada, está protagonizada pela classe dominante brasileira, mas se articula com um processo desencadeado pelo capitalismo internacional para combater políticas de desenvolvimento, empresas estatais e movimentos sociais e democráticos. É a tendência que elegeu Trump nos EUA e Macri na Argentina e que quer destruir as conquistas sociais na Venezuela.

A Emenda Constitucional 95 e o Plano de Privatizações que está sendo executado pelo governo Temer demonstram que está em curso a implantação de um outro modelo de Estado, onde não cabem políticas públicas e sociais inclusivas e não há lugar para trabalhadores e trabalhadoras do serviço público. Um Estado que voluntariamente se retira da economia e coloca como uma de suas prioridades a venda de empresas estatais, como instrumento de atração de investimentos externos em áreas estratégicas para o país, como o petróleo, as terras e a mineração, estabelecendo uma ameaça jamais vista à soberania nacional.

Assim que se apossou do aparelho da presidência, Temer criou o conselho do Programa de Parceria e Investimentos (PPI) que já promoveu privatização de aeroportos, estradas, distribuidoras de energia da Eletrobrás e mananciais de água doce como o Aquífero Guarani. Também entrou no processo de vendas o Prê-sal e atualmente o Correio está sob sérias ameaças. Caixa e BB estão sendo literalmente sucateados e ambos abriram programas de PDV.

Essas mudanças não atingirão apenas os trabalhadores e trabalhadoras das diferentes esferas do serviço público mas sim a sociedade como um todo. O corte de programas sociais, de programas de fiscalização, de verbas para a saúde e educação, trarão mais miséria, insegurança e desemprego para todos e todas.

O SUS, considerado uma das maiores políticas de inclusão social no mundo, vem sendo vilipendiado por meio de cortes orçamentários, terceirização e outras iniciativas do governo golpista que estão levando ao seu desmonte, retirando direitos primordiais da sociedade brasileira para enriquecer ainda mais os grandes grupos econômicos. Para enfrentar tamanho retrocesso é necessário fortalecer a organização dos trabalhadores em seu local de trabalho, bem como os espaços de controle social e o próprio Sistema Único de Saúde para defender a democracia e o papel do Estado em oferecer saúde e educação gratuitas e de qualidade para o povo brasileiro. Na mesma linha, devemos defender a manutenção de verbas - que estão sendo cortadas seguidamente - para programas fundamentais de bolsas de estudo, para o ensino e a pesquisa nas universidades.

Mas além disso, os trabalhadores e as trabalhadoras das diferentes esferas do serviço público – federal, estadual e municipal – já estão sofrendo as consequências dessas medidas. Além da permissão da terceirização em atividades fim e de contratação do trabalho temporário (lei 13.429/17) e a lei 13.467 de 2017 que acabou com a CLT e impôs um novo paradigma nas relações de trabalho no País, o Brasil em alguns anos terá a sua força de trabalho em situação de extrema precarização e precarização.

Outra medida recente foi a Medida Provisória - MP 792/17, que trata do Programa de Desligamento Voluntário – PDV na esfera federa, além do anúncio de PDV em algumas empresas públicas visando reduzir drasticamente o



quadro de servidores/as públicos. A MP também trata da redução da jornada de trabalho com a redução de salário e a licença não remunerada como medidas alternativas à demissão.

A decisão de diminuir e/ou até extinguir serviços públicos se combina com decisões desse governo em abrir o mercado a investimentos estrangeiros em saúde e educação – áreas sempre consideradas de exclusividade nacional. São escolhas estratégicas que beneficiarão uma pequena minoria gerando altos lucros das empresas desses segmentos.

## AÇÕES E ORIENTAÇÕES

- 1 - A CUT deve fazer uma ampla campanha em defesa do Serviço Público e de denúncias sobre os efeitos concretos dos cortes já realizados e das mudanças já efetivadas;
- 2 - A CUT deve manter sua articulação com outros movimentos sociais e políticos visando organizar a resistência e a luta contra todos esses retrocessos e liderar uma campanha pela revogação da Emenda Constitucional 95 e lutar para que sejam aprovadas diretrizes orçamentárias voltadas para a sustentação e melhorias dos programas sociais e das políticas públicas fundamentais como saúde, educação, habitação, meio ambiente, etc
- 3 - Cabe à CUT articular as lutas das diferentes esferas do serviço público nos estados (municipal, estadual e federal);
- 4 - A CUT deve realizar uma plenária das entidades do serviço público assim que possível.

## **RESOLUÇÃO 4 – EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL ATACADA, DA BÁSICA À SUPERIOR**

O ano de 2016 foi marcado no Brasil por um golpe branco: o país viveu a interrupção de um projeto político que venceu as eleições pelo governo central brasileiro por 4 vezes consecutivas. A educação pública está entre os setores mais ameaçados de destruição e aniquilamento, colocando em risco todo o acúmulo que se vinha construindo, com ampla participação social, de uma educação pública, gratuita, laica e estatal socialmente referenciada e de abrangência universal. O ataque à educação pública feito por este governo vem se dando em diferentes frentes e compromete de forma acintosa todo o acúmulo de políticas públicas que foram construídas nos últimos anos no Brasil.

Em 2014, o Congresso Nacional brasileiro sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE) com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. A partir deste governo, o PNE é atingido naquilo que lhe é mais caro e importante: a meta 20, que prevê ampliar o investimento na educação para o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), está seriamente comprometida com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95, com a lei aprovada de privatização do Pré-Sal e com o projeto de lei, em tramitação no Congresso, que põe fim ao regime de partilha do Pré-sal.



A Emenda Constitucional nº 95/2016 tem como principal ponto o congelamento dos gastos públicos por um período de 20 anos, o que significa que, com essa alteração do texto constitucional, os próximos 5 presidentes eleitos do Brasil estarão engessados para definir, conforme o programa de governo eleito, suas prioridades na alocação de recursos. A educação pública não suportará esse longo período de orçamento congelado, jogando por terra o cumprimento de várias metas pactuadas no PNE, a começar pela universalização das matrículas na educação básica e expansão das vagas nas universidades públicas (metas 1 a 12 do PNE), passando pela institucionalização do Custo Aluno Qualidade – imprescindível para a equalização da oferta escolar com qualidade em todo país – e pela valorização dos profissionais da educação, com piso salarial e carreira digna (meta 18 do PNE), igualando a remuneração dos/as professores/as à de outras categorias profissionais com mesmo nível de formação.

Outra forte ameaça à educação é o conjunto de novas leis que estão sendo aprovadas: a Lei 13.415 (reforma do Ensino Médio), que restringe a base de conhecimento e estimula a privatização do ensino médio, promove o apartheid socioeducacional com escolas diferenciadas para ricos e pobres e ataca a profissionalização do magistério brasileiro, admitindo professores com “notório saber” para lecionar na educação técnica-profissional; de forma complementar a essa lei, o governo apresentou uma versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com uma tendência privatista da educação básica pública no Brasil e o empobrecimento do currículo das escolas; a Lei 13.429 (Terceirização ilimitada), que combinada com a Lei que regulou as Organizações Sociais e a Lei de Responsabilidade Fiscal, este expediente ultraliberal confere ao Poder Público a possibilidade de privatizar a escola pública por meio de OSs e OSCIPs e de contratar profissionais sem concurso público e abaixo do piso profissional, retomando a política de nepotismo e o clientelismo nas escolas e redes de ensino; e, por fim, a Lei 13.467 (Reforma Trabalhista), que é o mais grave e perverso ataque do capital contra os trabalhadores na história republicana do Brasil afetará de forma descomunal os/as trabalhadores/as em educação das redes públicas por meio dos mais diversos tipos de contratos de trabalho, estimulando terceirização, o trabalho intermitente e o fim do vínculo empregatício e de suas garantias legais (jornada pré-definida, 13º salário, férias, verbas rescisórias etc).

Outra preocupação central é que em 2020 será extinto o fundo público responsável pela aplicação de percentuais mínimos da vinculação constitucional para manutenção da educação básica e a valorização de seus profissionais – FUNDEB, e até agora o governo golpista não se manifestou oficialmente sobre a prorrogação ou a possibilidade de tornar o FUNDEB permanente. Com o fim da vigência do FUNDEB, será extinto também o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, instituído pela Lei 11.738. E esse poderá ser mais um golpe contra uma das mais importantes conquistas da categoria alcançada em 2008, na gestão do presidente Lula, na luta da categoria em assegurar o DIREITO à Educação Pública, Gratuita, como reivindicadas nas duas CONAEs realizadas (2010 e 2014) e instituída na lei do PNE (Lei 13.005/2014) que assegurou os princípios do CAQi



(Custo-Aluno Qualidade Inicial) e CAQ (Custo Aluno Qualidade) como referência de financiamento da Educação Básica no Brasil como forma de superação da política de fundos.

Como se não bastasse a insegurança que se abate sobre o Fundeb, o Piso Salarial Profissional Nacional e a Carreira dos professores, e diante da necessidade de se instituir o piso salarial profissional e as Diretrizes Nacionais de Carreira dos Profissionais da Educação de acordo com o artigo 206 da CF, políticas com o viés restritivo da política de valorização profissional pensada no PNE vem sendo desenvolvidas pelo Ministério da Educação em articulação com as secretarias estaduais e municipais de forma a implantar nas redes, os chamados PCRs – Planos de Cargos e Remunerações, com ações que visam desconstituir mecanismos de valorização salarial nas carreiras.

Especificamente no campo da educação superior, técnica e tecnológica e educação profissional, o governo golpista retirou as verbas já empenhadas para a execução de programas como o FIES, o PROUNI e o PRONATEC, impedindo, assim, o acesso de jovens e adultos à programas de qualificação profissional, escolarização e formação universitária, além de anunciar que congelará a oferta de vagas nas universidades públicas federais por um período de 2 anos, interrompendo uma trajetória de expansão do número de vagas que vinha desde o ano de 2005. Por fim, cabe lembrar que as primeiras medidas do governo Temer foram o anúncio do fim do Programa Ciência Sem Fronteiras para estudantes de graduação, restringindo a possibilidade de intercâmbios culturais e acadêmicos àquela fatia da sociedade que pode se autofinanciar. A outra ação foi a redução drástica da oferta de bolsas de mestrado e doutorado, oferecidas por meio das agências de fomento como a CAPES e o CNPq, afetando, inclusive, estudantes que ainda estavam fora do país desenvolvendo suas pesquisas.

Ante as tentativas do governo golpista de inviabilizar a questão financeira no PNE, bem como em não realizar a CONAE 2018 ou realizá-la com público reduzido de modo a desconfigurar o PNE na questão do financiamento da educação, especificamente na aplicação dos 10% do PIB, várias entidades ligadas à educação decidiram sair do Fórum Nacional de Educação do governo, denunciando as suas arbitrariedades e anunciando a realização da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE para o ano de 2018, precedida de suas etapas municipais e regionais. A ideia dessas várias entidades sindicais e de movimentos sociais, inclusive a CUT, que acompanharam essa definição política, foi a de não legitimar um espaço de discussão de temas prementes para a educação brasileira controlado por este governo golpista.

## **Escola Sem Partido**

Entre os ataques que a educação brasileira vem sofrendo, o PL nº 867/2015 de autoria do deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) que visa a desqualificação do professor e tem estratégias discursivas fascistas que acusa os professores de retirar o poder dos pais e de propagandear uma ideologia de antifamília com acusação de tentar transformar os jovens em gays e lésbicas, questão de gênero. Na prática acusam os professores de



propagandear a ideologia comunista e na questão religiosa acusam os professores de doutrinação das religiões de matrizes afro. Esse ataque se caracteriza como uma disputa política no campo da educação liderada pela elite golpista do país. Cabe ressaltar que existe um PLS idêntico no Senado Federal de nº 193/2016 de autoria do Senador Magno Malta (PR-ES).

No âmbito da Educação e Certificação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a reedição da agenda neoliberal neste momento, coloca para o movimento sindical os desafios de resistência frente à supressão dos direitos trabalhistas e previdenciários e de disputa da consciência política da classe trabalhadora, lembrando que as entidades empresariais (especialmente as ligadas ao sistema S) tem exercido papel crucial na formação profissional fortemente ideologizada na lógica do mercado e com estímulo à negação dos sindicatos como forma de organização dos trabalhadores. A disputa das políticas públicas e o enfrentamento nas relações capital e trabalho serão imprescindíveis neste momento da história brasileira.

Frente às iniciativas do governo golpista em criar as condições para a livre atuação das empresas privadas na educação, faz-se urgente a regulamentação da iniciativa privada na educação, de forma a preservar o seu caráter público, gratuito e da qualidade social que a constituição federal conferiu à educação como Direito Público e

## AÇÕES E ORIENTAÇÕES

A CUT compreende que a educação geral é parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial e continuada, o ensino técnico/tecnológico e superior. Por isso define como ações estratégicas:

- 1 - Participar ativamente e articular suas entidades na construção da CONAPE, como espaço de disputa de Projeto de Educação, de Sociedade e de Estado.
- 2 - Ocupar todos os espaços de disputa das narrativas na ótica do trabalho, especialmente nos processos educativos.
- 3 - Defender a não adesão dos sistemas estaduais de ensino à proposta do “Novo” Ensino Médio, fortalecendo campanhas de esclarecimento aos pais e à sociedade da redução de direitos contido na proposta;
- 4 – Exigir políticas de Ensino Médio que assegure a formação dos jovens em todas as áreas do conhecimento, com direito à formação profissional e/ou às condições de acesso ao ensino superior;
- 5 - Exigir dos entes federados a regulamentação dos dispositivos constitucionais de carreira, piso e jornada, de forma a assegurar as políticas de valorização profissional como previsto nas metas do PNE;
- 6 - Defender a aplicação dos Recursos na Educação como previsto no PNE de modo a assegurar os 10% do PIB até 2024;



7- Defender a instituição do Fundeb permanente na Constituição Federal, de modo a assegurar as condições mínimas de valorização dos profissionais da educação básica, assegurando por parte da União a ampliação do aporte financeiro no patamar mínimo de 30%

8 - Fortalecer a luta contra a privatização e terceirização da educação em todas as suas etapas.

## RESOLUÇÃO 5 –

### NÃO À PRIVATIZAÇÃO! CONTRA O PACOTE DE DESMONTE DO ESTADO

As medidas divulgadas pelo governo ilegítimo, por meio do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), explicitam a estratégia de ajuste neoliberal que tem como objetivo ampliar a concentração de renda e riqueza em curso no Brasil, além de avançar na entrega do patrimônio nacional às empresas transnacionais.

São privatizações, concessões e venda de ativos, além da transferência da gestão pública para as Organizações Sociais (OSs). O pacote contém aeroportos, terminais portuários, rodovias, usinas hidrelétricas, linhas de transmissão de energia, empresas de distribuição de energia, blocos no pré-sal, BB, CEF e Casa da Moeda, além de alguns poucos bancos regionais ainda existentes.

Como se não bastasse, através de um Decreto extinguiu uma vasta área protegida de florestas e reservas indígenas escancarando a Amazônia para empresas transnacionais de mineração explorarem ouro e outros minerais nobres, colocando em risco o equilíbrio do meio ambiente e a sustentabilidade da floresta amazônica e qualidade de vida dos povos indígenas que vivem naquela região.

Esta mesma lógica mercadológica vem permeando o processo de privatização das águas e o tratamento de esgoto nos estados e municípios, cujos impactos vão desde o risco de restrição ao acesso a estes serviços até o aumento do custo para a população.

Configura um dos maiores ataques já executados pelos rentistas do capital nacional e internacional, que sob o discurso da geração de investimentos, emprego e renda, visa somente gerar receitas extras para não estourar o já gigantesco déficit fiscal de 2017, com aumento significativo de tarifas e piora dos serviços prestados.

No caso do setor energético, a privatização do sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (Eletrobras, Cemig, CESP, Cepel, Eletronorte, Eletrosul, Furnas, Ceron, Ceal, Cepisa, Eletroacre, Boa Vista Energia, Amazonas Energia), da Petrobras e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), constituiu parte do entreguismo deste governo ilegítimo e um acinte à soberania nacional, já que são empresas estrangeiras, estatais e privadas, que têm aumentado a participação no setor com consequências setoriais, com implicações macroeconômicas importantes como, por exemplo, impactos nas contas externas do país. Vender a Eletrobras e a Petrobras é abrir mão da soberania energética e condenar milhões de brasileiros à privação do acesso à energia e degradação do meio ambiente.



Resistir e barrar a privatária que entrega patrimônio público ao capital privado nacional e, preferencialmente internacional para, em nome do lucro, precarizar as condições de trabalho, reduzir empregos, ampliar a terceirização que mata, aumentar tarifas e provocar a queda da qualidade dos serviços é tarefa estratégica da CUT e de suas entidades.

## AÇÕES E ORIENTAÇÕES

- 1 - A CUT e suas entidades devem posicionar-se fortemente contra mais esse desmonte e, articular-se com os movimentos sociais, para resistir e buscar barrar essas medidas;
- 2 - Desenvolver campanha sistemática contra a privatização, articulando os macrossetores;
- 3 - Acompanhar o debate no Congresso Nacional, pressionando parlamentares pela não aprovação das medidas provisórias (MPs).
- 4 – Não às privatizações, em defesa do patrimônio público no processo da Greve Geral.

### **RESOLUÇÃO 6 – RELAÇÃO DA CUT COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

A relação da CUT com os movimentos sociais e organizações representativas dos setores populares e democráticos é parte de uma estratégia permanente da central de promover alianças que fortaleçam nossas lutas. As Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo são atualmente espaços fundamentais de articulação da CUT e das organizações que as impulsionam para promover a unidade da esquerda brasileira e o enfrentamento de classe contra a direita. O seu fortalecimento é um desafio e uma prioridade estratégica para a CUT. Mais do que um plano de lutas comum, a unidade das frentes possibilita a construção de propostas que, para além da reversão dos ataques aos direitos e conquistas, apontem para a retomada e aprofundamento da democracia e para as reformas estruturais em favor do povo brasileiro. Para alcançar esses objetivos, são compromissos da CUT:

- a) Renovar os esforços para unificação das duas frentes que se articulam contra a direita, visando fortalecer a unidade da esquerda, a luta por direitos e a defesa da democracia;
- b) Fortalecer sua organização e intervenção, articulando a ação de estaduais e ramos nas diferentes instâncias das frentes, através da construção de um coletivo nacional de relação com os movimentos sociais;
- c) Estimular a organização e o funcionamento das frentes nacionalmente e nos estados; e
- d) Seguir impulsionando a construção e o funcionamento de comitês de resistência, comitês sindicais e populares e outras iniciativas territoriais equivalentes com o objetivo de organizar as lutas e ações e



ampliar o alcance de nossas bandeiras unitárias no plano local, garantindo sempre a autonomia das organizações.

A CUT considera, no entanto, que as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo não substituem os partidos, as centrais sindicais e as entidades que as compõem. A diversidade das frentes é uma fortaleza que deve ser valorizada, garantindo o protagonismo das diversas organizações nas ações, pois isto amplia o alcance das nossas bandeiras e fortalece nossa unidade.

## **RESOLUÇÃO 7 – A VIOLÊNCIA DO ESTADO E A CRISE SOCIAL DA SEGURANÇA**

Com a ofensiva conservadora estamos assistindo um aumento brutal da repressão, perseguição e criminalização dos movimentos populares e sindical, confirmando que no Brasil as questões sociais ainda são tratadas como casos de polícia. A violência policial imprimida contra as manifestações de setores da classe trabalhadora e de segmentos sociais discriminados socialmente, somada a falta de segurança pública refletem, por um lado um estado repressor as lutas e por outro a sua ausência na garantia da segurança de cidadãos e cidadãs, que tornam-se vulneráveis, a exemplo das mulheres vítimas de estupro e de violência doméstica.

Ao mesmo tempo, os órgãos de repressão buscam justificar suas ações de prisões e perseguições das mais variadas no discurso da segurança. Exemplo disso são as prisões efetuadas contra manifestantes, em especial, jovens negros, muitos condenados sem direito a ampla defesa. O assassinato de trabalhadores e trabalhadoras rurais, de indígenas e da juventude negra das periferias, são fatos que retratam o momento de retrocessos em que vivemos.

O aprofundamento da crise e o avanço das políticas neoliberais que congelou investimentos em políticas públicas apontam para um aumento da exclusão dos segmentos sociais mais desprotegidos da sociedade, como crianças, população LGBT, jovens, negros e de mulheres, tornando-os ainda mais vulneráveis à violência, que causa impactos muitas vezes irreversíveis, seja físico ou, psíquico, familiar ou no ambiente de trabalho. Violência gera violência.

Diante desse quadro o governo ilegítimo tem implementado ações que vão na contramão das necessidades da sociedade. Extinguindo os ministérios e secretarias que coordenavam as políticas de igualdade e combate a violência, a exemplo da SPM-PR, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos e a transferência da SPM para o Ministério da Justiça. Assim as ações de políticas para mulheres no tema do combate à violência, passam a ser tratadas pela polícia federal com foco, não em medidas integradas (prevenção, educação nas escolas), no combate as causas que geram essa violência na sociedade, mas numa ação de Segurança Pública. Além disso, esvaziou as políticas voltadas a autonomia econômica das mulheres.





O poder público tem o dever de punir seus representantes no âmbito do executivo, legislativo e judiciário quando estes têm práticas que legitimam e incentivam atos de violência.

## Violência e as Mulheres

Segundo especialistas, o impacto da Lei Maria da Penha, cuja entrada em vigor completa onze anos, foi diluído pela ausência de políticas públicas e mecanismos judiciários mais extensos para coibir as agressões, em especial à punição de agressores. Embora a legislação tenha registrado um efeito “inibidor” promissor imediato nos índices de violência, simbolizado por uma queda no índice de mortes num primeiro momento, os casos de violência voltaram a crescer a partir de 2008 e atingiram 4,8 mortes por 100 mil habitantes em 2013. Sendo que o maior índice de mortes registrado foi entre mulheres de 18 anos: 3,6%. No Estado de São Paulo, somente este ano (2017), uma em cada quatro mulheres foi assassinada por seu companheiro dentro de casa.

Em recente pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará nos nove estados do nordeste, revela as perdas que a violência doméstica trás para a vida das mulheres. O absenteísmo chega a ser de 18 dias por ano, impactando no tempo em que a mulher permanece no mesmo emprego e na sua renda com perda de cerca de 10% do seu salário. As mulheres negras que vivenciam a violência doméstica sofrem um impacto ainda maior, chegando a ganhar em torno de 22% menos do que as mulheres brancas que não sofrem violência. A violência empreendida por um homem contra uma mulher trabalhadora, sabota o seu empoderamento e a sua autonomia econômica.

A pesquisa, “Visíveis e Invisíveis: a Vitimização de Mulheres no Brasil” realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (março/2017), sobre a violência contra a mulher, revela que a vitimização se sobressai entre as mais jovens, sobretudo as que estão entre 16 a 24 anos, cuja taxa chega a 45%, assim como entre as mulheres negras (31%), em relação às brancas (25%).

Dados do Ministério da Saúde, divulgados recentemente, registra 10 estupros coletivos por dia no país. Entre 2011 e 2016 as notificações pularam de 1.570 para 3.525. Segundo o próprio Órgão, esses dados representam só parcela dos casos, uma vez que a violência sexual é subnotificada no país, pois 30% dos municípios ainda não fornecem dados ao Sinam, ou seja, o número de jovens adolescentes e adultas violentadas, inclusive grávidas, pode ser incontável.

O combate à violência contra as mulheres requer uma ampla articulação entre os movimentos sociais por transformações gerais na sociedade, incluindo o componente feminista nesse projeto. Isso demanda que nas cidades, no campo, na floresta e nas comunidades tradicionais sejam colocadas em prática políticas com o objetivo de prevenir e denunciar atos de violência e proporcionar atendimento adequado.



## Violência e juventudes

No Brasil o número de homicídios chega a 60 mil ocorrências por ano. Segundo o Mapa da Violência de 2016, 70% das vítimas de homicídios por arma de fogo eram de cor preta e parda. Entre 2003 – 2014, enquanto o número de homicídios por armas de fogo caiu 26,1% entre a população branca, o número de vítimas da cor negra aumentou 46,9%. A principal vítima dessa violência é a juventude (entre 15 e 29 anos) negra e moradora da periferia. Esse quadro de violência é reforçado por uma das polícias que mais mata no mundo e tem vitimizado, em especial, a juventude negra periférica. As periferias das grandes cidades têm proporcionado verdadeiras chacinas contra jovens negros. A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) criada nos governos Lula/Dilma buscou implementar políticas específicas visando minimizar os danos causados pela violência e manter a juventude viva. Com a extinção das políticas públicas voltadas a inclusão dos jovens, somada ao aumento do desemprego e extinção de políticas de educação, a violência toma grandes proporções podendo tornar-se num processo irreversível e toda uma geração dizimada.

## Violência e a população LGBT

A população LGBT tem sido historicamente, vítima da violência social e institucional. A repressão policial somada a visão majoritária da sociedade sobre esta população a torna ainda mais vulnerável a violência. Com a retomada do conservadorismo e intolerância, toma corpo as ações de violência contra a população LGBT. Além de agressões e espancamentos, em 2016 foram registrados 343 assassinatos de LGBTs, o que faz do Brasil o abominável campeão mundial de crimes contra minorias sexuais. A extinção de Programas voltados à inclusão social desta população, revelam o caráter excludente, conservador e opressor dos governos nos mais diversos âmbitos (federal, estados municípios).

## Violência e indígenas

Os indígenas vêm ao longo de suas vidas lutando pelo seu reconhecimento, de sua cultura e de seu direito a terra. Entre 2003 e 2015, houve no Brasil 891 assassinatos de indígenas. E até mesmo os pequenos avanços nos últimos 14 anos correm riscos. A luta pela manutenção e reconhecimento do seu direito a terra torna-se cada vez mais distante, diante das ações implementadas pelo governo usurpador em parceria com o congresso e o judiciário para a tomada das terras indígenas e transferência para o setor do agronegócio. A disputa pela terra, assassina índios e trabalhadores rurais com o aval ou participação do Estado. Desde o golpe tem avançado a grilagem e incontáveis assassinatos de lideranças rurais, indígenas e quilombolas.

## AÇÕES ORIENTAÇÕES

1 - Diante disto a CUT deve continuar denunciando a violência em todas as suas variantes, espaços e dimensões, além de restabelecer os laços de solidariedade entre e no seio da classe trabalhadora em defesa da vida e do estado de direito.



2 - Neste sentido, deve permanecer nos fóruns e conselhos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos denunciando esta política de retrocessos e violência, bem como ampliar a articulação e a unidade de ação com movimentos sociais para combater as violências e violações, mantendo seu princípio pela defesa dos direitos humanos e da classe trabalhadora de forma ampla e irrestrita.

## **EMENDAS DOS ESTADOS QUE DIALOGAM COM A RESOLUÇÃO**

### **IGUALDADE DE OPORTUNIDADES, ESSA LUTA NOS UNE**

Comprometer-se com o respeito e a promoção dos direitos de negros, negras, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, jovens e pessoas com deficiência, além de combater a violência contra a mulher. Lutar por políticas e práticas de não discriminação nos mecanismos de seleção pública. Assim, se faz necessária a articulação do movimento sindical com outras organizações de Direitos Humanos e de defesa de grupos oprimidos.

Fomentar a criação de secretarias de gênero, raça, juventude, políticas sociais e de trabalhadores com deficiência nas estruturas sindicais, garantindo no orçamento sindical ações e projetos com recorte de gênero, raça, juventude, deficiência e contra a discriminação.

Nas mesas de negociações, incluir as cláusulas de igualdade de oportunidades promovendo ações para ampliar a participação dos diversos segmentos nos espaços de trabalho. Juventude trabalhadora é o presente e futuro do movimento sindical.

Estimular a realização de ações sindicais que busquem atrair a participação da juventude trabalhadora para a luta sindical.

Realizar periodicamente o Curso de Liderança Juvenil no Movimento Sindical. Pautando questões caras à juventude, como o direito à cidade por meio de políticas integradas nas áreas de educação, cultura, mobilidade urbana e a luta contra o extermínio a juventude, especialmente a negra.

### **A classe trabalhadora é negra!**

Lutar pela garantia de instrumentos de denúncia de processos de inferiorização de negros e negras no mercado de trabalho e no serviço público, realizando campanhas de divulgação das leis que visam a promoção da igualdade racial e promover encontros que busquem aprofundar o debate sobre a igualdade racial. A CUT precisa ter como bandeira central a garantia de cotas raciais nos concursos públicos.



## A população LGBT quer seus direitos garantidos

Lutar pela criminalização da LGBTfobia, em parceria com o movimento lgbt e social, visando tornar a prática de preconceito contra homossexuais em crime de ódio. Para isso, precisamos estimular os sindicatos a organizar espaços de debates e participação das e dos trabalhadores LGBT. Lutar junto com o movimento LBGT e educação que considere a diversidade de gênero e de orientação sexual, na construção de uma escola sem homofobia. Promover a discussão da criação da secretaria LGBT nas instâncias nacional e estadual da CUT.

## Combate ao Assédio.

Que a CUT amplie e reforce a discussão com os sindicatos filiados com objetivo de socializar as experiências positivas do combate ao assédio junto às categorias.

Que a CUT oriente seus sindicatos filiados para que empreendam campanhas nos locais de trabalho para conquistar garantias nos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho que inibam a prática do assédio.

## **RESOLUÇÃO 8 – O FUTURO DO TRABALHO FRENTE À NOVA FASE DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA**

O neoliberalismo, a financeirização do capital e a sua dominação sob a economia real configuram a nova fase de acumulação do sistema capitalista. As condições de produção hoje se dão em cadeias produtivas globais já com milhões de trabalhadoras e trabalhadores subcontratados em condições precárias ou excluídos dos mercados de trabalho. Neste cenário onde o capital avança capturando as democracias a favor de seus interesses, a automação já vem ocorrendo nas mais variadas atividades humanas.

No final do século XVIII a primeira revolução industrial marcou a transição da produção manual para a mecanizada com o uso da energia a vapor. A segunda, em meados do século XIX, trouxe a eletricidade e com ela, a manufatura em massa. A terceira ocorreu em meados do século XX com a chegada da eletrônica e da tecnologia da informação. Atualmente a chamada "quarta revolução industrial" é marcada pela automação, robotização e produção das fábricas com grande independência do trabalho humano combinadas com a utilização de serviços através de aplicativos, softwares, plataformas digitais e armazenamentos de dados em massa.

No atual estágio do capitalismo, muito se debate sobre a própria centralidade do trabalho, devido aos intensos processos de inovações tecnológicas em que trabalhadoras e trabalhadores são desafiados a defenderem sua identidade de classe frente a um cenário em que crescem modalidades individualizadas de trabalho e é cada vez mais constante extinção de empregos. Além de impactar o mundo do trabalho, tais mudanças ocorrem numa conjuntura em que a democracia está cada vez mais ausente, transcendendo todas as relações sociais e os padrões de consumo – como já ocorre com plataformas como o Uber e o Airbnb.



Tais avanços geram tensões, pois aumentam a produtividade, mas ao mesmo tempo suprimem postos de trabalho, além de remodelar as relações trabalhistas com estratégias de desregulamentação, criando as condições para o aprofundamento da flexibilização e da precarização de direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais, como ocorreu no Brasil com a aprovação da reforma trabalhista em julho de 2017. Outra questão central é de como os ganhos de produtividade dos avanços tecnológicos serão distribuídos – reforçando ou não a concentração de renda e riqueza.

Os impactos também serão desiguais dependendo em que posição os países ocupam nas cadeias globais de valor, afetando com maior gravidade os países em que o nível de desenvolvimento e as condições de acesso às novas tecnologias sejam mais baixos; em que há maior exploração da força de trabalho, gerando, portanto, mais pobreza nos países periféricos. Por isso os Estados terão que fazer as adequações necessárias nos sistemas regulatórios, fiscais e de proteção trabalhista e social para incluir os excluídos da “quarta revolução industrial”.

É essencial que a CUT se prepare, não para se opor aos avanços tecnológicos em si, mas para que a classe trabalhadora não fique à margem ou seja excluída desta “quarta revolução industrial”; e para que tais avanços sejam revertidos em benefício da maioria dos povos e não para aumentar ainda mais o poder do capital. As novas tecnologias são fruto da criatividade humana e por isso todas as trabalhadoras e trabalhadores têm o direito a usufruir dessa criatividade. Portanto, tais avanços devem ser destinados à geração de empregos decentes, remuneração e jornada de trabalho dignas. O trabalho é um direito humano.

## AÇÕES E ORIENTAÇÕES

1. Criar um Grupo de Trabalho com vistas a organizar ações e estratégias CUTistas.
2. Desenvolver estudos de cenário futuro frente a estes desafios para que a nossa Central possa desenvolver e propor ações sindicais à altura.
3. Investir em processos de estudos e intercâmbio de experiências entre as diversas categorias dos diferentes setores da economia sobre as cadeias de valor como condição para se aprofundar o debate sobre estratégia organizativa frente a esta nova realidade.
4. Construir alianças nacionais e internacionais para que sejamos capazes de levar este debate para a sociedade e disputar sob a ótica e o interesse da classe trabalhadora todos os temas contidos na “quarta revolução industrial”.
5. Avançar na implementação do "Projeto Sindicalismo no Século XXI: desafios e experiências de revitalização sindical" com o objetivo de pensar o sindicalismo do futuro.



6. Orientar os sindicatos a avaliarem permanentemente os impactos dos avanços tecnológicos nos locais de trabalho.

## **RESOLUÇÃO 9 – COMBATE AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO EXCLUDENTE NO CAMPO**

O modelo de desenvolvimento excludente em curso no Brasil tem sido o responsável pelo aumento dos assassinatos que vêm acontecendo em função dos conflitos agrários, com as medidas adotadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Vem se confirmando a cada dia que estamos vivendo um momento de insegurança no campo. Os/as agricultores familiares, assalariados/as rurais e o conjunto da classe trabalhadora vêm sendo massacrados/as com o desmonte das políticas públicas implementadas nos governos Lula e Dilma para melhoria das condições de vida e de trabalho no campo, com o fim das grandes conquistas, resultado de muitas lutas da classe trabalhadora, principalmente os camponeses que historicamente têm se empunhado na luta por reforma agrária nesse país, acesso a crédito e assistência técnica.

A violência no campo vem se intensificando contra trabalhadores e trabalhadoras rurais, lideranças sindicais, ambientalistas, contra todos os lutadores e lutadoras do povo que defendem os direitos territoriais dos povos de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, afrodescendentes das florestas e das águas, a luta pela terra e a bandeira da Reforma agrária. A chacina que aconteceu no Mato Grosso, com 09 trabalhadores mortos, o assassinato de um agricultor em Minas Gerais, o massacre aos índios no Maranhão, o Massacre de Pau D'Arco no estado do Pará, com 11 mortos, todos esses crimes de encomenda com participação do Estado, fazem parte do jogo perverso do grande capital, que vem a cada dia ganhando força com o governo golpista de Michel Temer, por meio de ataques perversos aos direitos dos trabalhadores que resultam em desmonte sistemático das políticas públicas e dos direitos sociais.

O relatório “Conflitos no Campo Brasil 2016” publicado em abril deste ano pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). O estudo traz índices recordes e ainda mais preocupantes. Aumentaram todos os tipos de conflitos (maiores números dos últimos 10 anos, o de terra maior em 32 anos de documentação) e todas as formas de violência no campo em relação a 2015. Os assassinatos tiveram um aumento de 22%, menor índice de aumento em 2016, mas o maior número desde 2003. As agressões tiveram o maior índice de aumento: 206%. Constatação importante a se observar é que os conflitos e mortes no campo estão concentrados na Amazônia e no Cerrado brasileiro, incidindo coincidentemente no mesmo arco de expansão das commodities agrícolas e minerais, no contexto da reprimarização econômica incentivada pelo Estado.

Os dados da Comissão Pastoral da Terra evidenciam o aumento devastador da violência no campo após o golpe de 2016. Foram registrados 1.536 conflitos por terra, pela água e trabalhista no campo, o maior número dos



últimos dez anos e 26% superior ao registrado em 2015. Foram 61 assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e lideranças, um aumento de 22% em relação ao ano anterior. E, em 2017 (até agosto), os números já assustam. Somente esse ano, 59 trabalhadores rurais foram assassinados em todo o Brasil, em conflitos de terras. Percebe-se que após a chegada dos golpistas ao centro do poder no país as elites agrárias representadas no Congresso Nacional pelas bancadas do Boi, da Bala, da Bíblia e dos Bancos, sentiram-se encorajadas a intensificar o velho método de perpetuação de riqueza, prestígio e poder no campo: violência e pistolagem.

O Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos – CBDDH lançou no dia 04 de julho passado o Dossiê “Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil”. Neste documento registra-se que em 2016 foram assassinados 66 defensores e defensoras de direitos humanos no país e outros 64 foram criminalizados, atacados ou ameaçados. O dossiê aponta ainda a ação criminosa de empresas, agentes privados e do Estado para impedir a efetivação de direitos humanos e a luta de quem os defende.

O modelo de desenvolvimento em curso privilegia o agronegócio. A produção de commodities aumenta a concentração de terras, com o objetivo de exportar e gerar de lucros. A concentração de terras pelo agronegócio inviabiliza a reforma agrária, intensifica e estimula os conflitos agrários, contribui para a expropriação e expulsão dos/as agricultores/as familiares e trabalhadores/as do campo. Além disso, favorecem a desterritorialização das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, dos povos das florestas e das águas, e promove o aumento da inserção de homens, mulheres e crianças no desenvolvimento de trabalho em condições precárias e degradantes, análogo a trabalho escravo na busca pela sobrevivência. Aumenta também o êxodo da juventude, com o abandono da produção agrícola familiar.

Destaca-se ainda a expulsão dos povos e comunidades tradicionais, através da expropriação, da desterritorialização, do rompimento dos vínculos e destruição das identidades culturais, afetando a realidade rural, os laços de pertencimento e o modo de vida de produção e reprodução no campo, interferindo na garantia da soberania e segurança alimentar dos povos e na sua relação com o território e a natureza. E amplia a utilização de agrotóxicos em seus processos de produção de commodities, levando à contaminação dos recursos naturais e o adoecimento das/os trabalhadoras/es rurais e agricultoras/es familiares.

A reforma trabalhista, sancionada e a reforma previdenciária apresentada pelo governo golpista, aprofundam ainda mais as desigualdades sociais, a precarização das condições de trabalho, aumento do trabalho informal e desproteção previdenciária. Atinge o conjunto dos povos das florestas e das águas, mas principalmente os/as assalariados rurais, as mulheres, os jovens e os negros/as.

As medidas tomadas pelo governo ilegítimo, Michel Temer acabou com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), responsável pelas políticas públicas construídas nos governos Lula e Dilma, que transformaram o



cenário de profunda desigualdade no mundo rural brasileiro. Políticas e programas que estão sendo esvaziados e desmontados, como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PNAE (Plano Nacional da Alimentação Escolar), o PAA (Plano de Aquisição de Alimentos), o P1MC (Programa 1 Milhão de Cisternas), o PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), o PNHR (Programa de Habitação Rural), além do desmonte do apoio às cooperativas, do seguro agrícola, da extensão rural e do Programa Luz para Todos, construídas e implementadas nos governos Lula e Dilma, que possibilitaram às populações do campo, melhoria das condições de vida e de trabalho. Ou seja, diferente da visão que alardeia a ausência de Estado, o que se comprova é que o Estado está muito bem presente para impedir o acesso de filhos de camponeses às universidades, os quais encontram-se em situação agonizante diante dos cortes gerados após a aprovação desta medida nefasta em favor dos agentes do mercado.

A aprovação da terceirização e da Reforma Trabalhista, proposta de Reforma da Previdência, que vai acabar com a aposentadoria do povo do campo e da cidade, a sanção da MP 759, que visa regulamentar a grilagem, acentuar a mercantilização das terras da reforma agrária e abrir caminho para a liberalização da venda de terras para estrangeiros, entre outras, comprovam ainda mais que esse é o governo do capital e do latifúndio. Esse conjunto de medidas evocadas pelos golpistas como símbolos de modernidade, progresso, desenvolvimento e elevação da competitividade, na prática, representam a subsunção total do trabalho e dos bens comuns aos interesses do capital, através da mercantilização de todas as esferas da vida social.

Nossa luta é contra este modelo de desenvolvimento que promove destruição, que tem feito aumentar a fome, a miséria e a violência no campo. Um modelo que só interessa ao capital, às elites e a uns poucos grandes proprietários, que mantém a concentração da terra e da renda, produzindo uma extraordinária exclusão social e uma monótona paisagem na área rural. Um projeto que está sendo imposto 'guelá' abaixo à classe trabalhadora. Nós lutamos pela Reforma Agrária, que assegure o acesso democrático à propriedade da terra e fortaleça a agricultura familiar e agroecológica.

O que se torna ainda mais distante com o projeto nefasto de Temer, que não foi eleito nas urnas. Para ele, o mais importante é investir no agronegócio e conseqüentemente na exportação.

## AÇÕES E ORIENTAÇÕES

Diante disto, o Congresso Extraordinário propõe como ações:

1. Lutar incisivamente, em aliança com os movimentos populares e organizações nacionais e internacionais que se identificam com a CUT, pela Reforma Agrária e fortalecimento da Agricultura Familiar como elementos de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário e de Soberania Alimentar do Brasil, recuperando o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, da justiça social e ambiental,





combatendo a grilagem e a estrangeirização das terras e a desnacionalização de imensas extensões de território sob controle das transnacionais.

2. Denunciar nacional e internacionalmente a atuação político-ideológica da Frente Parlamentar da Agropecuária, da Confederação Nacional da Agricultura, da Associação Brasileira do Agronegócio e os atos de Estado pró-expansão de commodities agrícolas e minerais que impulsionam a apropriação das terras da reforma agrária, das unidades de conservação e dos territórios tradicionais dos múltiplos sujeitos sociais do campo, os quais resultam no agravamento de conflitos no campo, deslocamentos compulsórios, violações de direitos humanos e mortes de trabalhadores e trabalhadoras;
3. Defender um maior investimento público no campo, com orçamentos destinados à desapropriação dos latifúndios, aos assentamentos e à formação científica e tecnológica da população rural.
4. Combater a violência no campo, denunciar a violação dos Direitos Humanos dos que lutam pela democratização do acesso a terra e a crescente criminalização dos movimentos sociais;
5. Apoiar e valorizar a agricultura familiar junto às nossas bases e junto à população em geral.
6. Animar a criação de redes de produtores e consumidores de produtos da agroecologia e da agricultura familiar para troca de informações da base trabalhadora e facilitação de escoamento de produção;
7. Ampliar a formação sindical voltada para a agricultura familiar, com incentivos de vagas nos cursos para outras categorias sindicais ligadas à CUT;
8. Lutar pela ampliação e fortalecimento do P1MC – Programa 1 Milhão de Cisternas, na região semiárida. O P1MC é uma das mais importantes políticas públicas de convivência com o semiárido e que possibilita inúmeros avanços não só para as famílias, mas para as comunidades rurais como um todo, como o aumento da frequência escolar, a diminuição da incidência de doenças em virtude do consumo de água contaminada e a diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres;
9. Lutar para assegurar aos/às assalariados e assalariadas rurais a promoção de geração de empregos e melhoria das condições de trabalho decente no campo e elevação da escolaridade formal;
10. Combater o uso do agrotóxico na produção agropecuária brasileira, no sentido de preservar a vida humana e o meio ambiente de seus efeitos nocivos;
11. Lutar contra exploração de nossas riquezas de forma desordenada e que implica na devastação do meio ambiente, na expulsão das populações do campo de suas terras, no aumento das doenças associadas ao desequilíbrio ambiental produzido e que não promovam o desenvolvimento socioambiental;
12. A Lutar para a ampliação e fortalecimento das políticas públicas de caráter regionais a exemplo das políticas em defesa da Amazônia e de Convivência com Seminário;



13. A CUT deve estimular e promover o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa através do associativismo e cooperativismo.

Vamos fortalecer a nossa resistência nas ruas, organizando os trabalhadores e as trabalhadoras, para resistir a todos os retrocessos feitos por este governo ilegítimo.

Continuaremos firmes na luta por políticas públicas voltadas para os interesses dos trabalhadores, como instrumento essencial para a construção de uma sociedade igualitária, solidária e justa, no qual os povos das florestas e das águas e os agricultores/as familiares tenham e seus direitos assegurados e dignidade em seus modos de vida.

Portanto Não ao Golpe, não vão nos calar, seguiremos de PÉ lutando contra todo os retrocessos no campo.

## **RESOLUÇÃO 10 – REFORMA POLÍTICA**

**A CUT defende e luta por uma profunda reforma do sistema político brasileiro**, baseada em uma assembleia constituinte eleita especificamente para este fim. Esta posição se reafirma numa conjuntura de ruptura da democracia, fruto do golpe parlamentar que depôs uma presidenta eleita pelo povo e alçou ao poder um governo ilegítimo.

Por isso **o atual parlamento não tem nenhuma legitimidade** para fazer essa discussão e a CUT, em seu Congresso Extraordinário e Exclusivo, se posiciona frontalmente contrária a falaciosa reforma política atualmente em discussão no Congresso Nacional, que significa, na prática, um novo golpe sobre nossa democracia. Os que impulsionam a atual proposta são os mesmos que, em 2014, ignoraram os resultados de um plebiscito popular, realizado pela CUT e pelos movimentos sociais com quase 8 milhões de votos em favor de uma constituinte exclusiva sobre o sistema político.

Os pilares da proposta em discussão na Câmara são o **voto distrital** e a criação de um fundo público para o financiamento das campanhas eleitorais. O objetivo do chamado “Distritão” ou de qualquer uma das variantes do voto distrital é o fim da proporcionalidade na representação política, o fortalecimento das práticas clientelistas, dos “currais eleitorais”, do personalismo, do poder econômico e dos acordos de conveniência eleitoral. Sua instituição levaria a manutenção das relações promíscuas entre parlamentares e os interesses de quem os financia e ao aumento da desigualdade entre a representação política e a real composição da nossa sociedade.

A criação de um **fundo público para campanhas eleitorais**, hoje viciadas pelo financiamento do grande capital às candidaturas, poderia representar um avanço. Mas é inaceitável a projeção de um fundo que mantenha o atual padrão de campanhas milionárias que transformam o necessário debate eleitoral em um espetáculo de



marketing. Também nos posicionamos contra a instituição do financiamento público como contrapartida ao voto distrital, que representa um brutal retrocesso na democracia.

As propostas em discussão no Congresso se combinam com o crescente debate sobre o **parlamentarismo** ressuscitado pela direita. São todos atalhos para tirar a decisão sobre os rumos do país das mãos do povo. São a resposta dos golpistas ao fato de que por um lado eles não possuem uma alternativa e um programa político com respaldo popular e por outro precisam impedir de todas as formas a retomada do governo por um projeto de desenvolvimento nacional sustentável, inclusivo e soberano, expresso na candidatura do ex-presidente Lula.

Diante deste cenário a CUT **reafirma suas posições congressuais** pelo fim do financiamento empresarial de campanhas, assim como pela defesa do voto proporcional em lista partidária, com alternância de sexo, fidelidade partidária e programática, tramitação diferenciada e prioritária dos projetos de lei de iniciativa popular, institucionalização do caráter deliberativo das Conferências de políticas públicas e dos Conselhos Nacionais, fim da imunidade parlamentar para crimes penais e de corrupção, proporcionalidade de Congresso Unicameral (fim do Senado) e combate à corrupção, tornando-a crime inafiançável.

## **RESOLUÇÃO 11 – ELEIÇÃO SEM LULA É FRAUDE**

É preciso retomar a democracia no Brasil. A CUT posiciona-se firmemente contra as tentativas de golpear mais uma vez nossa democracia. Nem eleição indireta, nem parlamentarismo! O povo deve exercer seu direito inalienável de definir os rumos do país, por meio de eleições democráticas e diretas.

Por isso, segue comprometida com a luta pelo Fora Temer e Diretas Já! É preciso dar a palavra imediatamente ao povo soberano, com antecipação das eleições e uma Constituinte que anule todas as medidas antinacionais e contrárias ao povo trabalhador já adotadas pelo Congresso servil, abrindo a via para as reformas populares necessárias.

A movimentação parlamentar para deturpar ainda mais o sistema político brasileiro se soma à perseguição judicial que vem sendo empreendida, sem trégua, contra o ex-presidente Lula. Querem por um lado impedir Lula, favorito em todas as pesquisas e cenários de disputa, de ser candidato e, por outro, impedi-lo de governar, caso eleito.

Nossa central não pode se furtar de incidir nessa disputa política, que já corre a pleno vapor no país. Defendemos uma candidatura presidencial que tenha o maior compromisso com nosso projeto de país e a maior identidade com a classe trabalhadora.

Esse Congresso Extraordinário e Exclusivo decide apoiar e engajar-se na campanha do único candidato que reúne, efetivamente, as condições e o compromisso com um futuro decente para a classe trabalhadora, que é Luis Inácio Lula da Silva.



A CUT também atuará para que um projeto democrático-popular seja vitorioso na retomada da democracia, na composição dos parlamentos e dos governos nos diferentes níveis. Para tanto, unirá forças com todos os movimentos e, em todas as frentes de atuação, em cada rincão do Brasil, para que apenas governantes comprometidos com a classe trabalhadora sejam eleitos, seja para o parlamento seja para os governos estaduais.

E decide empreender esforços para garantir uma representação efetivamente dos trabalhadores/as no Congresso Nacional, instando a sua militância para empreender a mobilização necessária para que quadros do movimento sindical passem a atuar diretamente nesses espaços.

## **EMENDAS DOS ESTADOS QUE DIALOGAM COM A RESOLUÇÃO**

Fortalecer o campo de alianças, em especial a participação da CUT nas duas frentes populares, procurando estabelecer a convergência e a unidade de ação, seja na organização de atividades de mobilização e de enfrentamento, seja na construção de uma estratégia que fortaleça o campo democrático popular utilizando como método de formação o programa Formigueiro da CUT nacional, criando assim, criando condições para derrotar as forças golpistas nas eleições de 2018 ou antes desta data, com a mobilização em torno das Diretas Já, Fora Temer (ou qualquer outro Presidente eleito de forma indireta), Nenhum Direito a Menos (Contra as "Reformas" Trabalhistas e Previdenciária), Diretas Já em todos os níveis, e instalação de uma Constituinte Soberana. e também na luta pela eleição de parlamentares comprometidos com a luta da Classe Trabalhadora.

Além de construir uma agenda para criar as condições políticas para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo de reconstituir o Estado de Direito e definir as reformas estruturais necessárias para consolidar a democracia e promover um novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

Intensificar as atividades de formação - seminários, congressos, debates, reuniões etc. Organizar junto aos demais movimentos sociais e sindicatos filiados, espaços de diálogo com a população.

Discutir com os sindicatos suas práticas, na perspectiva de contribuir para qualificar suas intervenções e diálogo junto a categoria e população frente à realidade que enfrentamos.

A CUT, engajada na Frente Brasil Popular, deve desenvolver uma ampla campanha de denúncia de todos os parlamentares que votaram contra os trabalhadores e trabalhadoras em todas as reformas. Deve-se ter um cronograma de mobilização agregando todos os grandes eventos, categorias, feiras, universidades, e tem que ser replicado para os municípios.

Construir, junto com as forças democrático populares, uma plataforma de desenvolvimento, a ser utilizada como instrumento de diálogo com os candidatos nas eleições majoritárias e proporcionais.

Incluir nesta plataforma propostas que dialoguem, de um lado, com as demandas da classe trabalhadora e, de outro, com a visão da CUT em relação à necessidade de reversão da agenda neoliberal implementada pelo



governo golpista. A plataforma também deve conter as reformas estruturais vistas como fundamentais para fortalecer a democracia e para criar as bases de um ciclo virtuoso de crescimento e de desenvolvimento sustentável.

Organizar as bases nos locais de trabalho. Melhorar e ampliar a comunicação com as bases e a sociedade.

## **RESOLUÇÃO 12 – EM DEFESA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

A Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil) rejeita o decreto número 9147, do governo de Michel Temer que, em mais um ataque à vida, à soberania e ao desenvolvimento humano, extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (RENCA) destinando-a à predação mineral. O ato é um ataque ideológico ao extrativismo e agroextrativista que dialogam com a natureza e se configura em fortalecimento à pecuária, à exploração da madeira, do minério e dos bens comuns da Amazônia, sem levar em conta as populações tradicionais, agricultores(as) familiares, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos, que vivem na Amazônia assim como viveram seus antepassados.

Sob alegação de atrair investimentos ao país, o governo golpista conduz ações de Estado não só entreguistas, mas também aplica uma perspectiva de destruição do planeta em solo brasileiro. O governo golpista consultou não só empresas interessadas na mineração predatória como também articulou com essas empresas antes mesmo da publicação do decreto. Isto revela não só falta de transparência desse desgoverno, mas também um ato arbitrário e extremamente danoso para a soberania nacional.

Localizada entre o sul do Amapá e o norte do Pará, a RENCA é uma área de reserva, na Amazônia, com 46.450 km<sup>2</sup> – tamanho do território da Dinamarca. A região engloba nove áreas protegidas, sendo três delas de proteção integral: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá; a Reserva Biológica de Maicuru, a Estação Ecológica do Jari, a Reserva Extrativista Rio Cajari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e as Terras Indígenas Waiãpie Rio Paru d'Este.

A liberação da área para a exploração mineral predatória de cobre, ouro, diamante, ferro, nióbio, entre outros, ampliará o desmatamento, a contaminação da água, a perda irreversível da biodiversidade e os impactos inaceitáveis contra os povos de toda a região, agredindo a biodiversidade e a floresta em pé, disfarçando a vontade do agronegócio sobre estas terras, escondendo a expulsão, extermínio e intimidação que por ele é realizado. A grande mídia, com apoio do atual governo federal, difunde a ideia de que o “Agro é pop” mas o agronegócio mata, gera conflito, desmatamento e exclusão.

Este decreto impõe às populações indígenas violações aos direitos humanos, às culturas e modos de vida. Todo um conjunto de sistemas de vida e de modos de trabalho sustentável com a floresta fica exposto a ser dizimado como nunca antes o foi, nem no período da ditadura militar. Em síntese, este projeto coloca o extrativismo e



agricultura familiar como “complementares” desrespeitando as formas de vida de quem têm sido há séculos defensores desta imensa riqueza natural e de biodiversidade do planeta.

Esta forma ilegítima de governar apresenta o inverso do disposto no artigo 231 da Constituição Federal de 1988 (pelo qual constitui obrigação do Estado o respeito ao modo de vida dos povos indígenas) e na Convenção número 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê a consulta livre, prévia e informada às comunidades impactadas por medidas dessa ordem.

A exemplo do crime ambiental de Mariana (MG), vemos que a atual legislação que rege a mineração no Brasil é insuficiente para fiscalizar e garantir a responsabilidade das empresas nas áreas de exploração.

Outro fator preocupante é o fomento ao setor mineral que se caracteriza por um alto grau de terceirização, precarização e trabalho análogo ao trabalho escravo, que gera péssimas condições de saúde dos seus trabalhadores e alta exposição a risco de acidentes, tornando a mineração uma das atividades mais letais no Brasil e que diante da antirreforma trabalhista tendem a ser levadas ao extremo agravamento.

É nessa direção de enfrentamento ao aprofundamento do Golpe que nós, da CUT-Brasil, participantes na 15ª Plenária Nacional e 1º Congresso Extraordinário e Exclusivo nos unimos às parcelas da sociedade que exigem a imediata suspensão total do decreto.

Conclamamos aos parceiros internacionais para se unirem a nós, através de amplas campanhas de defesa das terras, das florestas, das águas e da vida, contra toda e qualquer medida do governo brasileiro que trata da exploração dos bens comuns da região amazônica, que garantem a sustentabilidade da vivência dos povos amazônicos, mantendo as florestas em pé e contribuindo no enfrentamento mundial às mudanças climáticas. Não aceitamos os atos deflagrados e exigimos a conservação do Patrimônio amazônico, que é um patrimônio de vida do Brasil e do planeta!

**Somos aqueles e aquelas que têm mais história para apontar quais são as melhores atividades para a Amazônia.**

**Somos mulheres, somos homens, somos florestas, somos terras, somos rios, somos vida!**

PELA DEFESA DA AMAZÔNIA!

NENHUM DIREITO A MENOS!

FORA TEMER!

DIRETAS JÁ!



## RESOLUÇÃO 13 – JUVENTUDE

Durante os governos Lula e Dilma tanto as políticas públicas de combate à pobreza e valorização do salário mínimo, como os programas de acesso ao ensino superior reduziram o trabalho precoce entre os jovens (entre 15 e 17 anos) e ampliaram o acesso à universidade antes restrito à elite no Brasil. Desse modo, uma considerável parcela da juventude brasileira, cujos pais não tiveram acesso ao ensino superior, não precisaram abandonar seus estudos para contribuir na renda familiar. O aumento da escolaridade e acesso a cursos de capacitação e tecnologia posicionou favoravelmente a juventude brasileira no mercado de trabalho.

No entanto, tais avanços estão comprometidos. A juventude trabalhadora é uma das principais atingidas pela agenda regressiva imposta pelo governo golpista do Temer. A Emenda Constitucional nº 95, já aprovada, congela os gastos sociais no país pelos próximos 20 anos. A PEC do Teto de Gastos atinge, além da juventude trabalhadora urbana, a juventude trabalhadora rural quando fecha as escolas rurais e compromete os cursos de licenciatura do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que sofreu corte orçamentário de 70%.

As reformas, trabalhista e previdência, implicam na redução de políticas públicas e de direitos e produzem efeitos que recairão especialmente sobre as gerações futuras. Os jovens precisarão entrar no mercado de trabalho mais cedo, trabalhar por mais tempo, em piores condições e não conseguirão se aposentar. Para a juventude trabalhadora rural, isso se agrava, o vislumbamento da aposentaria é à beira da morte. A juventude rural quer permanecer no campo com trabalho, geração de renda, educação, cultura e esporte para não ter que abrir mão do seu vínculo familiar e do seu local de origem, essas garantias são retiradas com as reformas, estimulando, assim, o êxodo rural dos jovens.

A revisão da lei de exploração do pré-sal, promove a entrega das nossas riquezas, com o aumento das privatizações, compromete o Fundo Social do Pré-Sal, fonte de recursos que seriam destinados a educação, interrompendo um ciclo virtuoso do investimento na educação e impossibilitando o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Não bastasse tudo isso, o Brasil ocupa o triste posto de líder mundial em número absoluto de homicídios, com cerca de 60 mil ocorrências todo ano. Segundo o mapa da violência de 2016, 70% das vítimas de homicídios por arma de fogo eram de cor preta. De 2003 a 2014, enquanto o número de homicídios por armas de fogo caiu 26,1% entre a população branca, o número de vítimas negras aumentou 46,9%. A principal vítima dessa violência é a juventude negra trabalhadora e moradora da periferia. Esse quadro de violência é reforçado pelo aparato de repressão do estado que, ao invés de servir para solucionar problemas de segurança pública, acaba por agravá-los. Tratam-se de índices de mortalidade de um país em guerra, de um verdadeiro genocídio da juventude negra, e a CUT deve manter-se firme na denúncia do racismo e da vulnerabilidade dos jovens.



A violência também atinge diretamente as mulheres jovens, índices que aumentaram nos últimos anos e população jovem LGBT, apesar dos avanços, no Brasil, nas garantias civis, são vítimas diárias no país.

Na atual conjuntura os desafios são vários, mas não serão superados sem atualizar a estratégia sindical da CUT, hoje articulado em dois eixos centrais: fortalecer a concepção sindical Cutista e disputar hegemonia na sociedade.

Pensando nisso, é fundamental organizar a juventude trabalhadora brasileira para consolidar o projeto democrático e popular, no entanto encontramos dificuldade de aproximar os sindicatos da juventude e ao mesmo tempo nos deparamos com a dificuldade de incorporação e empoderamento da juventude nas direções sindicais. A criação da SNJ/CUT foi um passo importantíssimo para organização da juventude trabalhadora e para o fortalecimento do projeto cutista, porém não foi suficiente ainda precisamos consolidar uma política central para fortalecer no sindicalismo da CUT um olhar amplo para juventude. São pautas que devem estar no centro do debate da central.

ASNJ/CUT é instrumento fundamental para atingir estes desafios, para tanto ela não deve ser uma pasta setorial, no sentido de dedicar se às especificidades da condição juvenil. Precisamos atingir seu papel na estratégia geral da CUT conseguindo relacionar as bandeiras gerais de luta da Classe trabalhadora com as questões que afetam diretamente a realidade juvenil, pois os problemas que atingem a juventude são os mesmos da classe trabalhadora em geral, porém se manifestam de forma agigantada entre os jovens.

Faz-se necessário construir uma nova geração sindical no nosso país, nova não apenas no que diz a respeito a idade mas em sua forma de construir política sindical, com seu potencial criativo para organizar e contribuir para o aprofundamento da democracia, e a superação de práticas que estimulam a burocracia, opressão e corporativismo do sindicalismo contemporâneo, que ainda estão arraigadas na estrutura sindical. Construir uma plataforma de luta comum a essa diversidade de movimentos juvenis é um passo importante para essa superação. E também reforçar no calendário de lutas da central o dia 12 de agosto como dia Internacional de lutas da Juventude, realizando atos, atividades de mobilização e um encontro nacional da juventude.

Neste sentido se faz necessário garantir a organização e funcionamento de coletivos de jovens em todos os estados e ramos. A criação dos coletivos requer enraizamento e coletividade das políticas de juventude, além de legitimidade para a direção e para base sindical. No entanto para isso se faz necessário investimento na política nacional de juventude.

São raros os sindicatos, federações, confederações e mesmo na nossa central onde os departamentos, coletivos ou secretarias de juventude funcionem regularmente, fazendo com que os temas específicos, como a situação dos jovens aprendizes e estagiários, fiquem ausentes das pautas das campanhas salariais e de seus meios de comunicação com a base possuem linguagem que não dialoga com a juventude. Devemos incrementar as formas de comunicação e organização da juventude, utilizando o uso das novas tecnologias da informação (TICs).





É fundamental incentivar a sindicalização de jovens trabalhadores, aumentar o investimento na formação político sindical para juventude, inclusive para intervenção nas negociações coletivas, como maneira de garantir os temas e a presença qualificada da juventude nestes espaços, e defender a retomada do Estado e com isso políticas promovam uma vida digna a juventude por meio da educação, cultura, esporte, saúde e emprego.

Pois a juventude não é o futuro e sim o presente na construção do futuro.

Viva a juventude Nenhum direito a menos.

## POLÍTICA ECONÔMICA

O Congresso Extraordinário defende para o país a adoção de uma nova política econômica que adeque as taxas de juros, o câmbio e a política fiscal à realidade nacional, busque elevar os investimentos, reverta as privatizações e concessões de empresas estatais, crie um fundo nacional de desenvolvimento e emprego, e realize uma série de outras medidas destinadas a impulsionar a economia. Entretanto, é crucial a prioridade ao plano de desenvolvimento industrial que articule investimentos estatais, política cambial, créditos dos bancos públicos e incentivos à iniciativa privada

Ele deve ser considerado como a locomotiva indispensável para implantar uma macroeconomia de juros baixos, câmbio favorável às exportações e política fiscal progressiva, e para arrastar atrás de si todos os demais setores econômicos e sociais, incluindo o desenvolvimento científico e tecnológico e o emprego em massa. O Brasil precisa superar a ideia que o desenvolvimento industrial é um item secundário e não como o item diretor do processo econômico. Hoje o agronegócio se apresenta como a indústria da nação e a base do crescimento econômico, fazendo o Brasil retornar à condição de exportador de bens primários, maquilador de alguns bens industriais de consumo e importador da maior parte dos bens de produção e intermediários. Nesse sentido, o agronegócio, além de subordinar o desenvolvimento econômico e social às intempéries das crises mundiais das commodities agrícolas, tem o defeito de concentrar a riqueza num segmento ainda mais estreito da população, gerar um mercado de trabalho muito aquém da população economicamente ativa existente, tornar insignificante a produção

de alimentos para o mercado doméstico e subordinar o desenvolvimento científico e tecnológico do país às pesquisas e inovações dos países capitalistas avançados. A ausência de um debate sobre a importância de um Plano de Desenvolvimento Industrial, incluindo suas cadeias produtivas de bens de produção, bens intermediários e bens de consumo, criou-se a suposição, durante os governos de coalizão dirigidos pelo PT, de que o aumento do poder de compra dos pobres e miseráveis levaria o empresariado a investir na industrialização. Em outras palavras, acreditou-se que o crescimento da demanda resultaria no aumento da produção e na industrialização, algo que não ocorreu pelo menos por quatro fatores conjugados:

- 1 - A taxa real de juros do mercado financeiro era muito mais apetitosa do que qualquer investimento industrial
- 2 - Não havia qualquer política industrial que direcionasse os investimentos públicos e privados sequer para os setores de ponta dos bens de produção e consumo



3 - As empresas estatais, com exceção da Petrobras em sua área, não funcionavam como orientadoras do processo de industrialização.

4 - Ao investimento externo dirigido ao Brasil não foi imposta qualquer condição industrializante e de transferência de novas tecnologias, permitindo-se que se dirigissem principalmente ao mercado especulativo ou aos setores mais lucrativos.

Nesse sentido, o Congresso Extraordinário contribui para a formulação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Industrial que seja não um novo "solução industrializante", mas um instrumento de transformação do Brasil num país avançado a médio e longo prazo.

## PLANO DE LUTAS

### *LUTAR CONTRA ANTIRREFORMAS E AS PRIVATIZAÇÕES!*

Adotado na tarde de 30 de agosto de 2017, o Plano de Lutas do Congresso extraordinário é encabeçado pela convocação de toda a base cutista para a mobilização imediata:

- pela **Revogação/Anulação da antirreforma trabalhista (Lei 13.467/17)**, campanha que terá como instrumento um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (ver resolução específica abaixo);
- para a luta **contra o pacote de privatizações** do governo golpista (aeroportos, terminais portuários, rodovias, linhas de transmissão de energia, Eletrobras, usinas hidrelétricas, empresas de distribuição de energia, companhias estaduais de saneamento, Petrobras, blocos no pré-sal, BB, CEF, BNB e Casa da Moeda);
- para a preparação de uma nova greve geral no momento em que a PEC 287 (Previdência), que acaba com a aposentadoria, for pautada para votação na Câmara dos Deputados: **"Se botar para votar, o Brasil vai parar!"**

Sobre a base dos três eixos acima, a CUT convoca o **Dia Nacional de Luta, com mobilizações, paralisações e greves, em 14 de setembro**, contra as antirreformas e as privatizações, encampando as mobilizações que metalúrgicos, eletricitários e outros setores programaram para a data.

Outros momentos importantes do calendário de lutas adotado são:

- **7 de setembro** – participação da CUT no "Grito dos Excluídos", quando será lançado o PL de Iniciativa Popular pela revogação/anulação da Lei 13.467 e da Lei 13.429 da terceirização ilimitada;
- **13 de setembro** – Ato em Curitiba contra a perseguição judicial ao ex-presidente Lula: **"Eleição sem Lula é fraude!"**;
- **3 de outubro** – Ato central no Rio de Janeiro **"Em defesa da Petrobras e da Soberania Nacional"**, que deve ser realizado também em outras capitais e cidades, incorporando a denúncia e a luta contra a privatização da Eletrobras;



- **11 de novembro** (referência) - Ato em Brasília para entrega do PL de Iniciativa Popular pela revogação/anulação da antirreforma trabalhista (o dia 11, data de entrada em vigor do PL 13.467, cai num sábado, cabendo à Executiva da CUT definir o momento exato dessa ação ao redor desta data).

O engajamento dos cutistas na caravana do ex-presidente Lula, que iniciada no Nordeste continuará em outras regiões do país, também integra o Plano de Lutas, que, em sua parte **internacional**, destaca:

- **Solidariedade com a Venezuela**, contra as sanções econômicas e ameaças de intervenção militar do governo Trump (EUA) e governos a seu serviço – como o governo golpista do Brasil – e em defesa do direito do povo venezuelano decidir seu próprio destino sem qualquer tipo ingerência externa. A CUT integra no Brasil o Comitê pela Paz na Venezuela juntamente com outros setores, e apoiará iniciativas continentais e internacionais que tenham o mesmo sentido;

- Participação da CUT no Encontro da **Jornada Continental pela Democracia e contra o neoliberalismo em Montevideu – Uruguai** (16 a 18 de novembro).

\*\*\*

Resolução sobre o PL de Iniciativa Popular

“A CUT e as entidades filiadas devem explicar os efeitos nefastos da Lei 13.647/17 (Reforma Trabalhista) e da terceirização nas atividades-fim nas contratações no setor público e privado. Nas ações políticas, o Congresso extraordinário da CUT resolve:

1. Desenvolver uma campanha de massa pela Revogação/Anulação da contrarreforma trabalhista (Lei 13.467) e da Lei 13.429 das Terceirizações, como está indicado na resolução de combate à antirreforma trabalhista.

## OUTRAS AÇÕES

### Formação

Construir uma política de formação articulada com a comunicação, organização e mobilização, de acordo com os novos tempos.

### Comunicação

O 15º Congresso resolve:

Frente ao diagnóstico já conhecido de que o movimento sindical atua e se situa de maneira fragmentada na internet, onde a matéria repetida e postada em dois sites é entendida como spam pelos instrumentos de análise de audiência, ou seja, os dois sites perdem audiência. Outro grave problema (que para a CUT é também uma oportunidade especial) é a ausência na internet de uma referência preponderante na apresentação de conteúdos ligados aos temas sindicais e do mundo do trabalho. É esse espaço que o novo Portal CUT quer ocupar.

Se torna estratégico para a comunicação da CUT o desafio do trabalho coletivo e colaborativo. Em tempos de crise, bem utilizar os recursos humanos e financeiros da classe trabalhadora será importante.



O projeto Portal CUT como plataforma de integração e compartilhamento de informação entre toda a rede de comunicação das entidades e instâncias ligadas à CUT, efetivando uma diretriz do IX Enacom (Encontro Nacional de Comunicação da CUT), de junho de 2016.

O Portal CUT vai consolidar uma única plataforma base na web, à qual deverão interligar-se todos os portais do sistema CUT, preservada a plena autonomia de cada instância sobre seus respectivos canais e conteúdos. A TVT e a RBA serão parceiros estratégicos nesse projeto.

A produção e a distribuição compartilhada dos conteúdos produzidos visa multiplicar a audiência e o alcance de nossos canais, de modo a assegurar que a visão de mundo da classe trabalhadora e seu projeto de sociedade tenham presença expressiva na conjuntura.

Para dar suporte de formação e organização dessas ações de comunicação do novo Portal CUT, a central implementará a 3ª turma do Curso de Formação de Formadores em Cultura e Comunicação – FFOCCO, realizado conjuntamente pelas Secretarias de Comunicação, de Formação e de Cultura. O curso terá uma turma nacional e uma turma em cada estado, concomitante, formando cerca mil militantes (dirigentes, educadores e comunicadores) em comunicação até 2019.

O Congresso Extraordinário resolve:

Para que o portal CUT se mantenha atualizado e atrativo aos trabalhadores, os coletivos de comunicação terão que aprofundar sua organização e método de trabalho. Ao Coletivo Nacional caberá realizar reuniões periódicas de pauta e coordenar a produção de conteúdo e a interação dos parceiros no portal. Assim como os Coletivos Estaduais e os Coletivos dos Ramos devem ter suas rotinas de trabalho compartilhado, propondo, debatendo e realizando as pautas e garantindo um portal dinâmico, atualizado e reconhecido como porta voz legítimo das lutas cotidianas da classe

## **Anistia**

Requer a reabertura dos trabalhos para conclusão do restante dos processos de Anistia em análise da LEI 8.878/94. Visto que ainda existem muitos demitidos do governo Collor, que pretendem dar entrada com seu requerimento e não tem a quem recorrer.

## **Transporte**

Lutar por transporte público de qualidade social, com prioridade do modal sobre trilhos. Contra a privatização da CBTU.

## **Comitês**

Constituir comitês que promovam ações informativas e o debate em nível de bairro, para alcançar justamente aqueles trabalhadores que atuam no mercado informal ou que simplesmente não estejam ainda organizados através de sindicato.

## **FAMA**

Apoiar o FAMA (Fórum Alternativo Mundial da Água) e seus comitês regionais



## **Anulação do Impeachment Presidenta Dilma Rousseff**

A CUT se posiciona a favor da ação popular que pede a anulação do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, como parte da luta contra o golpe.

## **AÇÕES NO PLANO INTERNACIONAL**

A CUT continuará desenvolvendo sua ação internacional de denúncia do golpe no Brasil e de combate ao neoliberalismo que leva à política de guerras e superexploração movida pelos centros imperialistas.

É preciso que a CUT fortaleça a unidade de luta da Classe operaria e camponesa, também no âmbito Internacional, por meio de maior participação das ações realizadas por diversas organizações de luta em defesa da soberania alimentar mundial, e contra o crescimento da fome no mundo ocasionados pelos retrocessos de direitos da Classe trabalhadora, frente a crise econômica e política enfrentada em diversos países, a exemplo do Brasil.

Esta ação passa pela implementação do Plano de IUTas Internacional do 12º CONCURT, atualizado pelos seguintes eixos:

### **Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo**

A CUT e os demais movimentos que compõem a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, aliança de sindicatos e movimentos sociais da América Latina e do Caribe, protagonizaram, ainda em 2016, uma série de atos públicos, plenárias e marchas em todo continente americano denunciando os golpes neoliberais contra a classe trabalhadora, as negociações por tratados de livre comércio e o poder hegemônico das multinacionais. Em 2017, a jornada prevê a realização de uma série de atos nacionais e de um grande encontro continental, na cidade de Montivideu, Uruguai, em novembro.

### **Política de cooperação: estratégia sul-sul**

Temos mantido uma política de cooperação com países da América Latina, Caribe e África – regiões com as quais o Brasil mantém fortes laços históricos, sociais e culturais. A política de cooperação da CUT – através, sobretudo, do IC CUT (Instituto de Cooperação) – tem como princípio a solidariedade internacional da classe trabalhadora e, como objetivo, o fortalecimento do movimento sindical internacional em sua luta em defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Pauta-se ainda por respeitar a autonomia das centrais e sindicatos com quem coopera. Dessa forma, os projetos de cooperação são desenvolvidos pelas centrais/sindicatos a partir de suas necessidades e realidades. Em todos os projetos de cooperação



continuaremos buscando fortalecer o movimento sindical e sua luta contra o neoliberalismo, em defesa da democracia e dos direitos humanos, de LGBT, negros, mulheres, jovens, deficientes e povos tradicionais.

Ainda em relação a estratégia sul-sul, continuaremos reforçando nossa relação com a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e SIGTUR (Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights); como também a sua atuação na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS)

## **Intervenção nos espaços institucionais**

Nossas ações estratégicas em âmbito internacional incluem ainda, como prioridade, a intervenção na Organização Internacional do Trabalho (OIT) através do Grupo dos Trabalhadores, enquanto espaço privilegiado para a defesa de condições normativas do mundo do trabalho (Convenções da OIT) que de maneira crescente vem sendo atacadas por empregadores e governos. A CUT também poderá participar de articulações sindicais que incidam em fóruns governamentais - como o G20, BRICS, OEA, CELAC, UNASUL- sempre com o objetivo de defender os interesses próprios da classe trabalhadora a partir de uma posição independente diante dos governos.

Na OIT, continuaremos trabalhando pelo fortalecimento da organização através da pressão permanente pela ratificação e aplicação de suas convenções em nosso país e no mundo. Ainda na OIT, a CUT participou da revisão da Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da OIT. Quarenta anos após a adoção da Declaração original, a revisão da Declaração feita pelo Conselho de Administração da OIT, ainda que não tenha incorporado todas as demandas do movimento sindical, buscou responder a novas realidades econômicas, tais como o aumento do investimento e do comércio internacional e o crescimento das cadeias globais de fornecimento. A revisão da Declaração leva em conta as novas normas de trabalho adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, os Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2011 e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

Também devemos continuar participando ativamente dos debates no âmbito do centenário da OIT sobre o “futuro do trabalho”, disputando quais políticas econômicas e sociais deverão ser adotadas para proporcionar relações de trabalho decentes e dignas nesse cenário de profundas transformações das forças produtivas e das relações de produção.

Nesse sentido, é importante que as entidades CUTistas se incorporem às organizações internacionais por ramo de atividade, como forma de internacionalizar de forma mais efetiva as lutas comuns e compartilhar experiências vividas por trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo, vítimas do sistema capitalista, que é perverso em qualquer parte do planeta.

Lutar contra a falta de liberdade no direito de greve, oriundos do executivo, legislativo e judiciário, que cerceia este direito ao impor/limitar o funcionamento do trabalho chegando até 90% das categorias em greve.



## Ação em defesa dos direitos humanos

Continuaremos denunciando os retrocessos implementados pelo governo, Congresso e Judiciário golpista e sua política que não prioriza o efetivo combate a criminalização e exclusão dos imigrantes que vivem no Brasil – como no caso das deportações em massa de venezuelanos em Roraima. Existem milhares de casos de violência diária contra imigrantes e violações de direitos humanos e trabalhistas que ampliam o grau de exploração da força de trabalho desses trabalhadores. A CUT continuará desenvolvendo, em cooperação com o INCA-CGIL e o CDHIC, atendimento jurídico sobre direitos humanos dos trabalhadores migrantes.

Participamos também da Organização da Marcha dos Imigrantes que, em 2016, ocorreu em São Paulo, reunindo milhares de imigrantes em defesa de seus direitos e contra as violações que sofrem cotidianamente. Em 2017, seguiremos incentivando a formação de alianças sociais e populares para reivindicar que o Estado Brasileiro ratifique as convenções da OIT sobre os direitos trabalhadores imigrantes. Além disso, é fundamental incentivar os sindicatos CUTistas a sindicalizarem e trazerem para nossas organizações os trabalhadores imigrantes.

## Políticas Permanentes

### Implementar o Plano de Ação da CUT

Continuidade às ações traçadas pelas Secretarias Nacionais para o primeiro semestre de 2017, que passa pelos eixos Democracia e Desenvolvimento, Transformações nos Mundos do Trabalho, Organização Sindical e Negociação Coletiva, Ação Internacional da CUT. São ações permanentes da Central, que foram objeto de planejamento e encontram-se em curso.

As propostas abaixo contêm considerações, orientações e propostas de ação que devem ser incorporadas pelas Secretarias Nacionais e Estaduais na construção de políticas permanentes relacionadas a sua área de atuação.

## COMUNICAÇÃO

É fundamental que o movimento sindical compreenda a importância da comunicação para sua própria sobrevivência, diante dos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, impostos pela onda neoliberal e conservadora, que tenta eliminar conquistas da classe trabalhadora e impor uma agenda de retrocessos. A comunicação sindical deve exercer um novo papel cumprindo a tarefa de informar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora, utilizando as novas mídias, compartilhando produções e atuando em rede solidária. Para tanto, é fundamental que a CUT, as confederações, as federações e os sindicatos invistam mais recursos financeiros na comunicação, contratando jornalistas e demais profissionais de comunicação e construindo pautas unitárias em âmbito nacional e regional para potencializar as lutas dos trabalhadores. É preciso qualificar conteúdos, formar dirigentes sindicais em comunicação, desenvolver a arte da conversação e da fala em público, valorizar produções de vídeo independente e atuar em novas plataformas, oferecendo informações diferentes das divulgadas pelos interesses comerciais e ideológicos dos grupos de comunicação, que estão nas mãos de poucas famílias com grande poderio econômico. Há necessidade de avançar na



comunicação do movimento sindical com a população. Apoiamos as rádios, TVs comunitárias, sites, blogues, jornais de bairro e outras experiências populares, que fazem uma comunicação mais próxima da realidade e um contraponto aos interesses comerciais que regem a mídia conservadora. Almejamos um ambiente de democratização da mídia com uma emissora de rádio comercial, que abra espaço para os movimentos sociais, garantindo liberdade de expressão para todos os segmentos da sociedade. Consideramos também importante a parceria com a TV dos Trabalhadores (TVT), enquanto aguardamos uma retransmissora no Estado.

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

1. Retomar a participação da CUT, de forma efetiva, no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)
2. Promover aos dirigentes sindicais, assim como para as pastas de comunicação da entidade filiadas, treinamento para que possam utilizar esses instrumentos de forma a aperfeiçoar os resultados
3. Manter um conteúdo rotativo em vídeo para ser veiculado nos sindicatos CUTistas, em substituição aos canais convencionais
4. Montar a Rádio do Trabalhador, em parceria com os sindicatos.
5. Lutar por Marco Regulatório das Comunicações no Brasil, validando, especialmente, por meio de leis complementares, os artigos 5, 21, 220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal Brasileira, que tratam da comunicação eletrônica - canais abertos de TV e rádio, TV por assinatura e TV de internet, de forma a democratizar o acesso às mídias e combater o oligopólio da grande mídia brasileira e a manipulação da informação no país
6. Lutar para a estruturação no país do Sistema Público de Comunicação, para canais públicos e comunitários, equivalente a 33% de todo o espaço de radiodifusão do país, e garantir que os canais públicos não comunitários cheguem a pelo menos 80% das cidades brasileiras
7. Batalhar pela criação do Fundo Nacional de Comunicação Pública, para financiar o Sistema Público de Comunicação
8. Lutar pela completa estruturação da rede de comunicação popular do Ceará, como forma de enfrentar a disputa da hegemonia social e que possa integrar todos os meios de comunicação alternativos
9. Instituir em toda a produção em comunicação do ramo como contraponto ao discurso da grande mídia monopolista, que impõe uma leitura dos acontecimentos política contrária aos interesses populares e nacionais
10. Fortalecer o processo formativo, por meio de cursos, oficinas e encontros sobre comunicação, de forma instrumentalizar os sindicatos para o uso dessas ferramentas
11. Construir parcerias de forma a montar uma rede de rádios comunitárias no interior do estado para difundir informações da luta sindical e dos direitos
12. Defender a profissionalização da comunicação das entidades sindicais de base, de forma a aumentar a produção de informações, difundir conteúdos de qualidade, com ética, apuração e correta estruturação dos fatos
13. Utilizar a comunicação como uma ferramenta de luta pela democracia e contra a retirada de direitos, apostando, sobretudo, no diálogo com a sociedade em geral, colocando assim as pautas dos trabalhadores no cenário midiático e nos diversos espaços de poder.

## FORMAÇÃO





O Plano Nacional de Formação (PNF) da CUT é uma das maiores conquistas da central com relação ao tema de formação política sindical, com ele, conseguimos formar todos os anos várias/os dirigentes sindicais e trabalhadoras/es de base em eixos estratégicos como a Negociação e contrato coletivo, assim como, o curso DPPDHAR que capacita dirigentes para disputa as políticas públicas diretamente com o capital seja nos conselhos tripartites ou nos fóruns específicos do serviço público. Outra formação de relevante importância é o FFI, que todos os anos forma educadoras/es populares para multiplicar as políticas, a ideologia e os princípios da central. Para que essa importante política da CUT, o PNF não deixe de realizar esta importante etapa de formação da base CUTista, este trabalho não pode ser interrompido ainda mais neste importante momento de controvérsia política para a classe trabalhadora e é necessário que a central continue investindo com valores pré-definidos no encontro nacional específico da pasta. A rede de formação da CUT nos estados é outro importante instrumento de fomento da PNF e as escolas sindicais da CUT têm papel fundamental e devem continuar sendo uma ferramenta estratégica para a disputa de hegemonia de um Estado socialista no qual tanto almejamos. Neste contexto político onde aponta para um Estado de exceção e de retiradas de direitos trabalhistas (como a reforma trabalhista já sancionada pelo golpista Temer) e sociais, se torna imprescindível a realização de uma conferência nacional de formação antes do término deste mandato.

Como fortalecimento para a política de formação continuar investindo nas experiências metodológicas do processo formativo, garantindo investimento e financiamento para o eixo de formação.

Para que todas as experiências vivenciadas no processo de formação da CUT sejam compartilhadas deve-se construir a 4ª Conferência Nacional de Formação, contribuindo ainda mais para o fortalecimento do Plano Nacional de Formação.

Além disto a CUT deve garantir a realização da Conferência Nacional de Formação, a manutenção dos investimentos financeiros para formação e preservar as escolas de formação sindical da CUT como ferramentas de apoio a formação de dirigente e base.

Com este propósito, defendemos a realização da 4ª Conferência de Formação e Educação Popular, como um dos instrumentos para ampliar a capilaridade da formação sindical junto às bases CUTistas. . Compreendemos também a importância dos sindicatos e ramos CUTistas da Região Sudeste do Brasil assumirem a campanha de revitalização da Escola Sindical 7 de Outubro, visando ao fortalecimento da escola como espaço de reflexão e resistência da classe trabalhadora organizada pela CUT.

## SECRETARIA DE FORMAÇÃO

1. Investir na formação sindical de base voltada para novas lideranças  
Identificar junto às direções sindicais demandas de formação, buscando formar o dirigente a uma atuação mais humanizada, compreendendo a sua base em sua totalidade
2. Realizar curso de formação com o foco em um viés mais crítico do contexto histórico pelo qual estamos passando
3. Realizar curso de formação sobre Políticas Públicas e Controle Social
4. Promover atividades formativas sobre igualdade de oportunidades, gênero, raça, orientação sexual, assédio moral e sexual, direitos das pessoas com deficiência, em conjunto com outras secretarias da CUT
5. Realizar curso de Comunicação e Expressão que possa auxiliar os dirigentes no processo de produção de discurso, objetivando a otimização e melhoria da comunicação com a sua base.
6. Desenvolver formação política, sindical e popular voltada a juventude a partir da realidade por ela vivenciada, construída de forma coletiva, com visão inclusiva que resulte em novas/futuras lideranças.  
resulte em novas/futuras lideranças.

## MEIO AMBIENTE



1. Apoiar a campanha pela defesa do cerrado;
2. Lutar pela conservação dos rios e lagos;
3. Lutar contra o MATOPIBA; acompanhar o debate da agroecologia;
4. Apoiar a campanha contra os agrotóxicos.

## MULHERES

### Estratégia Secretaria de Mulheres Nacional

Denunciar a desigualdade e promover a igualdade entre homens e mulheres Os debates sobre a reforma da previdência e a reforma trabalhista ofereceram a oportunidade de constatar que o aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho não significa que as desigualdades entre os sexos foram resolvidas. Persistem as desigualdades salariais entre mulheres e homens. Independentemente da jornada e do nível de escolaridade os salários das mulheres são inferiores aos dos homens. Esta desigualdade salarial ocorre fundamentalmente porque o trabalho das mulheres ainda hoje é visto como transitório e auxiliar ao dos homens. A informalidade e o trabalho sem remuneração afetam mais as mulheres. Entre as trabalhadoras domésticas, a maioria mulheres negras, de um total de 5.768 milhões, apenas 31% detinham carteira de trabalho assinada em 2015. São aproximadamente 4 milhões de mulheres sem nenhum tipo de proteção social. A taxa de desemprego é mais elevada para as mulheres. Conforme dados da PNAD, o ano de 2016 fechou com uma taxa de desemprego de 13,8% entre as mulheres e de 10,7% entre os homens. A CUT deve impulsionar o tema da igualdade promovendo campanhas pela igualdade no mundo do trabalho incentivando que seus sindicatos filiados incluam cláusulas relacionadas à agenda da igualdade de oportunidades nos acordos e negociações coletivas. Da mesma maneira, é dever da CUT considerar a desigualdade entre homens e mulheres e lutar por uma plataforma de desenvolvimento nacional para o Brasil que tenha em pauta políticas de emprego para mulheres, em toda a sua diversidade, e combata a desigualdade salarial.

### Condições para liberdade e autonomia das mulheres

Todas as mulheres devem ter o direito de escolher se querem ou não ter filhos. Se a opção, diante de uma gravidez, for interrompê-la, o Estado deve garantir políticas públicas para que o aborto seja realizado de maneira segura. Se a opção da mulher for de ter filho (a), o Estado deve garantir políticas públicas para o pré-natal, o parto, a creche e a educação infantil pública de qualidade que atenda às necessidades da criança e da família. Para além de ser um direito das crianças, a creche é um equipamento fundamental para que as trabalhadoras que são mães possam acessar e permanecer no mercado de trabalho. Com a ausência do Estado na garantia das creches as mulheres são responsabilizadas por este trabalho, tendo que, muitas vezes, conciliar o cuidado com os/as filhos/as com o trabalho realizado dentro e fora do âmbito doméstico, acumulando a dupla jornada obrigatória, invisível e não reconhecida. Da mesma maneira, o cuidado com idosos e demais pessoas que necessitam de atenção recaem sobre as mulheres. A CUT deve seguir impulsionando a luta por creches, criação de restaurantes populares, centros culturais e de acolhimento para diferentes faixas etárias e demais políticas públicas de compartilhamento das responsabilidades domésticas e familiares, de maneira que as atividades ligadas ao cuidado de crianças, idosos e demais pessoas com necessidades especiais sejam compartilhados entre homens e mulheres, com a sociedade e com o Estado a partir de políticas públicas que implementem serviços de cuidados gratuitos e de qualidade. Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento que considera a autonomia pessoal e econômica das mulheres e de reconhecimento por seu direito ao trabalho.

### SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS

Fortalecer a Participação das Mulheres no Movimento Sindical CUTista.



1. Definir estratégias para o fortalecimento do Coletivo de Mulheres da CUT
2. Discutir estratégias para garantir o cumprimento da cota de gênero e paridade nas direções das entidades sindicais
3. Atuar para ampliar e fortalecer a participação e organização das mulheres nos sindicatos filiados à CUT, bem como na Central
4. Debater e definir pautas prioritárias das mulheres para propor aos sindicatos filiados que as incorporem nas negociações coletivas específicas de cada categoria
5. Garantir a qualificação/formação das dirigentes que participam de negociações sindicais para que sejam incorporadas nas mesmas as demandas específicas das mulheres
6. Fomentar a criação de Coletivo de Mulheres nas entidades filiadas à CUT
7. Debater com os trabalhadores e trabalhadoras das entidades filiadas os temas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, incentivando-os ao exercício responsável de sua sexualidade e a solidariedade para com as mulheres
8. Que a CUT intensifique o debate sobre o assédio moral e sexual e a vitimização das mulheres, dirigentes e funcionárias, apontando seus fatores, suas causas e os impactos na vida dessas mulheres, a fim de garantir instrumentos e mecanismos com vistas a inibir e coibir tais práticas em todas as suas instâncias de organização e representação.
9. Que se construam espaços de diálogos para as vítimas de assédios ocorridos em seu âmbito (nacional, estaduais e ramos) por parte dos e entre dirigentes, e entre dirigentes e funcionárias/os dentro de suas instâncias.

#### **SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS - CAMPANHAS:**

1. Atuar em conjunto com a Secretaria de Políticas Sociais, na luta contra a violência sexual de crianças e adolescentes
2. Promover ações pelo fim da Violência Sexista dando especial atenção à linguagem inclusiva
3. Promover atividades que visem à promoção da Igualdade de Gênero no Trabalho e na Sociedade
4. Desenvolver materiais de campanha sobre assédio moral e sexual para qualificar e capacitar as dirigentes para a intervenção sindical no enfrentamento dessas práticas no local de trabalho.

#### **SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS - POLÍTICAS PÚBLICAS:**

Conselhos de Políticas Públicas - Promover a discussão sobre a importância dos Conselhos de Políticas Públicas como espaço de Controle Social, a fim de incentivar a participação do movimento sindical nesses espaços, especialmente das dirigentes sindicais, com o objetivo de incluir as pautas das mulheres nas diversas políticas.

#### **SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS - EDUCAÇÃO**

1. Intensificar a luta pela garantia de creche pública, gratuita e estatal de qualidade, como direito da criança e autonomia das mulheres
2. Aprofundar o debate sobre o conceito de machismo e de feminismo na educação, definindo, em conjunto com os sindicatos da categoria, atividades que possam contribuir para o enfrentamento das práticas machistas, lesbofóbicas, transfóbicas e discriminatórias no ambiente escolar
3. Ampliar a participação da CUT e de suas entidades filiadas na luta contra todos os projetos da "Escola Sem Partido"
4. A Secretaria da Mulher se somará às iniciativas da Secretaria de Políticas Sociais no combate ao trabalho infantil.

#### **SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS - SAÚDE:**

1. Aprofundar as discussões sobre a Política Nacional de Saúde da Mulher, ampliando a participação da CUT e de suas entidades filiadas na luta pela sua implementação no âmbito do Sistema de Saúde



2. Aprofundar o debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos, impulsionando a luta em defesa da descriminalização do aborto.

## **SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS - Articulação com o Movimento Social:**

1. Estreitar a relação do movimento sindical CUTista com os movimentos sociais, especialmente com o movimento de mulheres
2. Intensificar a participação da CUT e de suas entidades filiadas na luta contra a criminalização dos movimentos sociais.
- 3 - Continuar a luta por políticas públicas para as mulheres, exigindo a recriação do Ministério e Política das mulheres, manutenção das conferências de política para as mulheres, que visem discutir políticas públicas voltadas para as mulheres.

## **ORGANIZAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL**

Diante dos novos desafios, ter atuante trabalho de base e um reposicionamento da ação sindical para enfrentar os tempos vindouros.

### **SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO**

1. Continuar investindo recursos para garantir a reeleição de chapas CUTistas nas entidades filiadas, bem como para garantir a eleição das chapas de oposição CUTista nos sindicatos não filiados
2. Identificar possíveis categorias não organizadas para criação de sindicatos
3. Realizar levantamento do nível de filiação das entidades filiadas, com o objetivo de discutir com as mesmas a realização de campanhas de sindicalização
4. Realizar encontros das direções sindicais por ramo de atividade, para troca de experiências, fortalecimento da solidariedade e definição de ações conjuntas.
5. Continuar apoiando as entidades filiadas para regularizarem/atualizarem seus cadastros no Ministério do Trabalho.

### **POLÍTICAS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS**

A CUT, através da secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos e do Coletivo Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência, continuará denunciando sistematicamente as consequências do golpe para os direitos humanos e para os trabalhadores com deficiência. Se mantendo firme nos espaços de discussão como os Conselhos de Direitos para honrar sua bandeira de luta e garantir a organização da classe trabalhadora conforme ao que ta estabelecido na Convenção 159 da OIT.

Ampliará para todas as bases cutistas a discussão referente aos direitos humanos, principalmente Trabalhadores as com Deficiência para a classe trabalhadora através dos seus dirigentes sindicais.

### **SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS**

1. Aumentar nossa capacidade de organização e articulação dentro e fora do movimento sindical
2. Para ampliar nossa capacidade de resistência a CUT e seus sindicatos filiados devem fortalecer os laços de diálogo, apoio e solidariedade com os movimentos sociais e populares. Não somente em momentos de manifestações, mas também no cotidiano: nos espaços de debate e mesmo de confraternização das categorias, para que também as bases possam ter contato com os companheiros
3. Apoiar e valorizar a agricultura familiar junto às nossas bases e junto à população em geral
4. Abrir um canal de diálogo com os jovens e construir lutas em conjunto com eles e elas. O mesmo deve ser feito com os estudantes secundaristas que tem protagonizado importantes ocupações de escolas contra a reforma do ensino médio e o ajuste fiscal



5. Apoiar e valorizar o movimento cultural tanto no que diz respeito a contratação de artistas como apoiando e lutando pelas suas demandas culturais
6. Fortalecer os espaços amplos com outros movimentos, em especial a Frente Brasil Popular, e demais frentes de defesa da democracia
7. Aprofundar o debate com outros setores da sociedade sobre a participação em conselhos de políticas públicas
8. Fortalecer os Coletivos de Trabalhadores e trabalhadoras com Deficiência e o Coletivo de trabalhadores e trabalhadoras LGBT, historicamente discriminados. Também os sindicatos devem criar e fortalecer estes coletivos em suas bases
9. Ultrapassar as questões urgentes da resistência à agenda golpista em âmbito nacional e promover discussões sobre as políticas públicas que queremos para o povo do Brasil
10. Construir um projeto popular de curto, médio e longo prazo a partir das necessidades, experiências e sabedorias populares, em parceria com os setores da intelectualidade próximos a nós.

A CUT, através da SEFOR e SECOM, deverá aprofundar o debate acerca do conceito de Direitos Humanos, com a produção de textos e campanhas publicitárias, debates e seminários.

Visando garantir uma discussão qualificada do tema políticas LGBT e racial dentro da CUT, orientando aos sindicatos que seja garantida uma discussão qualificada do tema políticas sociais LGBT e racial dentro da CUT. Orientamos aos sindicatos que garantam uma cota de participação nos congressos das centrais, para delegados(as) com domínio dos temas LGBT e racial, visando fomentar o aprofundamento e consolidação do debate em relação a esses temas. Esse ponto visa aprofundar esses temas que são de decisão coletiva da CUT, mas que, na prática, não se reflete na composição das participações congressuais.

1. Promover curso de formação em direitos humanos, LGBT, identidade de gênero e respeito a diversidade.
2. Promover cursos de capacitação para negociação coletiva para temática LGBT.
3. Incluir a temática LGBT nas mesas de negociação coletiva contratação, promoção e combate a discriminação.

## **COMBATE AO RACISMO**

### **SECRETARIA DE COMBATE AO RACISMO**

1. Promover seminários, debates e palestras que tenham por finalidade a capacitação de dirigentes, das assessorias, e dos militantes sindicais sobre a temática racial
2. Orientar a participação dos dirigentes sindicais nos fóruns ou conselhos que discutem a questão racial, que tenham por meta a implementação, regulamentação e fiscalização de políticas públicas de combate ao racismo e a promoção da igualdade
3. Incentivar e orientar a participação dos sindicatos nas comemorações de datas históricas e culturais de relevância para a memória Afrodescendente, assim como nos eventos marcantes para a comunidade negra e na luta contra o racismo e o preconceito
4. Lutar pela igualdade de trabalho e salário, itens que devem constar nas pautas de reivindicações das campanhas salariais
5. Orientar os sindicatos na criação de secretarias e/ou coletivos de combate ao racismo
6. Promover a luta pela valorização da mulher negra, em conjunto com a Secretaria de Mulheres da CUT
7. Incorporar o dia 21 de Março - Dia Internacional de Combate ao Racismo na agenda de lutas



## SAÚDE DO TRABALHADOR

### SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

1. Fomentar a criação de Secretaria e/ou Coletivo de Saúde do/a Trabalhador/a nas entidades filiadas à CUT que ainda não possuem essas instâncias de discussão do tema
2. Sensibilizar as direções sindicais para garantir que o tema saúde do/a trabalhador/a seja discutido de forma transversal nas ações sindicais
3. Debater e definir pauta prioritária sobre saúde do/a trabalhador/a e da trabalhadora para propor aos sindicatos filiados que as incorporem nas negociações coletivas específicas de cada categoria
4. Garantir a qualificação/formação dos dirigentes que participam de negociações sindicais para que sejam incorporadas nas mesmas as demandas relacionadas à saúde do/a trabalhador/a
5. Definir atuação conjunta com a Secretaria de Formação as demandas de formação e capacitação as direções sindicais para realização de atividades formativas sobre o tema
6. Promover debates sobre temas relacionados à saúde do/a trabalhador/a tais como: dependências químicas e as consequências para o trabalhador no ambiente de trabalho o adoecimento no serviço público, especialmente sobre saúde mental desses/as trabalhadores e trabalhadoras a Violência Organizacional como causa do Assédio Moral a humanização do atendimento dos adoecidos no trabalho junto à previdência social e INSS.

### SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR POLÍTICAS PÚBLICAS:

1. Controle Social em Saúde do/a Trabalhador/a: Promover a discussão sobre a importância e papel dos Conselhos de Saúde e de suas Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador como espaço de Controle Social sobre as ações relacionadas ao tema, a fim de incentivar a participação qualificada do movimento sindical nesses espaços
2. Discutir a participação de representantes do movimento sindical CUTista nos Conselhos de Saúde, a fim de pautar as questões relacionadas à saúde do/a trabalhador/a, bem como a implementação da legislação do SUS sobre o tema.

### SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR Articulação com o Movimento Social

Estreitar a relação do movimento sindical CUTista com os movimentos sociais que atuam na defesa da saúde do/a trabalhador/a.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA

A partir da década de oitenta, o trabalhador foi sendo cada vez mais excluído do mercado formal de trabalho, se agravando com os avanços do neoliberalismo na década de 90. Em sua busca incessante e pouco exitosa por uma recolocação no mercado de trabalho, não sobram alternativas senão a informalidade. A Economia Solidária aparece entre essas alternativas como uma forma viável de geração de trabalho e renda, principalmente para os excluídos do mercado formal de trabalho. Empreendimentos econômicos e solidários que são baseados na autogestão e na solidariedade. Um novo conceito de trabalho e geração de renda, novos direitos de cidadania e novas formas de produção, reprodução e distribuição social, torna-se parte da construção de um Estado Democrático e Socialista de fato. O movimento sindical no modo capitalista, é pensado, planejado, construído e tem sua base consolidada no mercado formal de trabalho e dele tem sobrevivido ao longo dos anos, crise após crise. Mesmo com o crescente avanço nas perdas de postos de trabalho, as estruturas organizacionais sindicais ainda são totalmente voltadas a atender as demandas de trabalhadores da empresa tradicional. Raramente se encontra nos sindicatos, Centrais Sindicais, entre outras, projetos que trata a questão da economia solidária com a devida e merecida atenção. O grande desafio posto é pensar ações estratégicas no sentido de atender a demanda de trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária, bem como, criar mecanismos de formação, mobilização, mediação e fomento a empreendimentos de economia



# CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Fundada em 28/8/83

solidária no âmbito do movimento sindical, como forma de agregar o trabalhador que foi de alguma forma alijado de seu posto de trabalho no mercado formal.